

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
CAMPUS SOROCABA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

MICAELA RODRIGUES

**O LUGAR DA MULHER NEGRA NA CIDADE
DA MARGINALIZAÇÃO AO ENCARCERAMENTO**

SOROCABA

2023

MICAELA RODRIGUES

**O LUGAR DA MULHER NEGRA NA CIDADE
DA MARGINALIZAÇÃO AO ENCARCERAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Licenciatura Plena em Geografia, do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Lourdes de Fátima Bezerra Carril

SOROCABA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

MICAELA RODRIGUES

O LUGAR DA MULHER NEGRA NA CIDADE DA MARGINALIZAÇÃO AO
ENCARCERAMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Licenciatura Plena em Geografia, do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovado em: Sorocaba, 05 de Março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lourdes de Fátima Bezerra Carril – UFSCar
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Juliana Rezende Torres – UFSCar
Examinadora

Prof^a. Ms. Ana Carolina de Paula Basílio – USP
Examinadora

AGRADECIMENTOS

RESUMO

O encarceramento em massa de mulheres é preocupação do nosso tempo, e vem atingindo principalmente mulheres negras. Este trabalho pretende analisar e contextualizar as condições de vivências de mulheres negras na cidade, e para isso entrevistamos duas mulheres negras e uma mulher branca da Zona Leste de São Paulo, trazendo à tona o debate sobre racismo estrutural brasileiro que tem o encerramento. Fazendo uma análise materialista e histórica dialética para entender as dinâmicas que permeiam o encarceramento feminino, quanto trazendo as histórias de vida dessas mulheres.

Palavras-chave: Encarceramento em massa; mulheres negras; sistema prisional.

ABSTRACT

The mass incarceration of women is a concern of our time and is mainly affecting black women. This study aims to analyze and contextualize the living conditions of black women in the city. To do so, we interviewed two black women and one white woman from the east zone of São Paulo, bringing to light the debate about Brazil's structural racism, which has incarceration as one of its faces. By conducting a materialist and dialectical historical analysis, we seek to understand the dynamics that permeate female incarceration while also sharing these women's life stories.

Keywords: Mass incarceration, black women, prison system.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

ProUni - Programa Universidade Para Todos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 A condição da mulher Brasil e mundo	24
2.1 O processo de opressão das mulheres	26
2.2 Dados estatísticos de trabalho, renda, violência, desigualdade socioespacial e sistema carcerário	30
3 ENCARCERAMENTO EM MASSA DE MULHERES: pesquisa com ex-detentas e movimentos feminismo abolicionista penal	34
3.1 A segregação racial: o processo encarceramento em massa em meio ao urbano.	35
4 METODOLOGIA DE PESQUISA HISTÓRIAS DE VIDA	44
4.1 Relatos de Histórias de Vidas Mulheres Negras que vivenciaram a situação de encarceradas e movimento feminista abolicionista penal	46
5 GEOGRAFIA E A IMPORTÂNCIA DE UMA GEOGRAFIA PLURAL	67
6 CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	80

APRESENTAÇÃO

Quando comecei a pensar sobre o tema do trabalho de conclusão, sabia que queria abordar os percalços enfrentados pela classe trabalhadora, mas também questões transversais, como as relações de gênero, raça e até mesmo sexualidade (um aspecto que foi negligenciado neste trabalho). Inicialmente, a pesquisa foi pensada para investigar o 'espaço cárcere' e compreender as relações socioespaciais no sistema prisional brasileiro. No entanto, devido à dificuldade de acesso a uma penitenciária feminina, optei por analisar as mulheres que já haviam passado pelo sistema.

Minha intenção era mostrar como mulheres negras e da classe trabalhadora, sejam elas trabalhadoras formais ou informais, escolarizadas ou não, vivem um processo de marginalização que pode levá-las ao encarceramento. Essa foi a hipótese que orientou nosso trabalho. Num primeiro momento, pensei em entrevistar mulheres negras com perguntas mais objetivas sobre o papel que elas ocupam na sociedade e suas vivências no sistema carcerário.

Esse objeto de estudo, mulheres negras encarceradas, chegou até mim quando descobri que o Brasil é um dos países que vem encarcerando a população negra de forma desproporcional, e mesmo em períodos considerados de avanços sociais, essa população ainda sofre de forma alarmante com o encarceramento, principalmente a juventude.

Uma parte importante e que não poderia ficar de fora da minha construção científica é meu ativismo como feminista negra. Me envolvi no movimento social a partir do movimento estudantil, ainda quando era secundarista, estudante de escola e pré-universitário, através da educação popular. Passei no vestibular em 2016 na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) no curso de Geografia. Dois anos depois, por dificuldades em se manter em outro estado, prestei o vestibular novamente e ingressei novamente em Geografia, mas desta vez na UFSCar. Minha mãe é empregada doméstica e deficiente auditiva, e nunca conheci meu pai. As desigualdades enfrentadas pelas mulheres em diversos âmbitos sempre me chamaram a atenção. Além disso, sou campineira do interior do estado de São Paulo, onde a lógica colonialista e patriarcal ainda é muito presente.

Esta pesquisa foi construída com roteiro de entrevista com mulheres negras que passaram pelo encarceramento, mas, sob orientação da professora Lourdes

Carril, decidimos trabalhar a partir de histórias de vida. Essa mudança qualitativa no método de pesquisa permitiu que entendêssemos melhor que a experiência vivenciada por uma pessoa não é um aspecto comportamental de todas. Mulheres e as injustiças socioespaciais são temas relevantes a serem investigados na geografia.

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos em encarceramento, logo vem à cabeça da maioria da população pessoas que são criminosas, e que para estarem ali devem ter cometido crimes bárbaros - como assassinos em série, psicopatas, ladrões e traficantes e, por isso, merecem estar na prisão. Esse é o imaginário social construído pelos telejornais. A sociedade capitalista faz com que pensemos que os problemas que ela mesma criou são problemas individuais das pessoas, pois não discutimos os verdadeiros problemas que assolam coletivamente a nossa população, como a falta de educação de qualidade, moradia digna, creches, acesso à cidade, desemprego e até mesmo segurança pública. Todos esses direitos sociais parecem secundários em comparação com aqueles que são vistos como criminosos, que vendem drogas ou roubam por aí. Todos os dias, na mídia, encontramos a mesma notícia sobre a criminalidade, bandidos, apreensão e armas. O que permanece oculto é que os detentos do Brasil estão presos por crimes que não envolvem violência e que a população carcerária brasileira é composta majoritariamente por pessoas de cor e de classe social baixa.

É verdade que a população carcerária do Brasil é majoritariamente masculina. No entanto, nos últimos 16 anos, o encarceramento de mulheres cresceu de forma alarmante, tendo as mulheres negras como as principais atingidas pela política de aprisionamento do Estado brasileiro, de acordo com os dados do -Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN¹). Atualmente, a população carcerária feminina no Brasil é de aproximadamente 30 mil mulheres, a maioria jovens, de baixa escolaridade e baixa renda. A maioria delas está presa por tráfico de drogas, em um contexto em que o debate sobre drogas é realizado pelo sistema de justiça criminal, ao invés de ser tratado como um problema de saúde pública.

Pensar geografia e o encarceramento de massa é desafiador, porque o problema está relacionado com novas abordagens metodológicas. Tanto porque o tema tem tendência de ser tratado genericamente em termos demográficos ou com indicadores sociais, urbanos, etc., quanto porque parece que a geografia não tem

¹ No Brasil, a população carcerária é de um total 670.000 pessoas, sendo 30.000 de mulheres, número que teve uma queda desde 2016 quando houve o último relatório do INFOPEN Mulheres, que indicava que a população carcerária feminina era composta por maioria de mulheres negras 62%, 45% com ensino fundamental incompleto. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2016.pdf/view> Acesso em: 21 fev. 2022.

muito a contribuir para esse tema. Esta monografia pretende demonstrar o contrário. A geografia tem muito a contribuir no entendimento de como o sistema de justiça criminal vem produzindo um genocídio da população negra, pobre e periférica, agravado pelo racismo e machismo estrutural que impactam os espaços em que vivemos, criminalizando certos territórios. Afinal, como pensar comunidades no Brasil e ignorar a guerra às drogas? Como essa mesma guerra gera mortes, prisões que, por vezes, são arbitrárias. Não à toa foi promulgada a Lei de Drogas que, ao invés de combater o tráfico em sua raiz, vem sendo utilizada para prender pequenos traficantes e usuários sem distinguir quem é um e quem é outro."

A geógrafa Karina Fioravante diz que a geografia não pode mais ignorar as diferentes espacialidades, estas que funcionam como marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade etc. A importância de um olhar geográfico para o "espaço cárcere" se dá pela necessidade de um olhar de como os espaços são vivenciados de maneira diferente a partir de cada um dos marcadores já citados. Segundo Karina:

Devemos também levar em consideração que a vivência do cárcere, assim como qualquer outra experiência espacial, é permeada por especificidades de gênero, classe, sexualidades, raça/etnia entre outras. Ou seja, a espacialidade carcerária é vivenciada de forma diferente por homens, mulheres e, mais ainda, por mulheres com determinada renda, com determinada raça, bem como com específicas performances de sexualidades (FIORAVANTE, 2012, p. 57)

A análise do cárcere pode ser importante para pensarmos sobre qual forma ele é constituído e para termos ideia de como ele pode ser diferentemente vivenciado. A prisão pode ser pensada para além de um espaço onde o indivíduo aprende a cumprir as normas sociais por meio do treinamento dos corpos e reeducação da conduta. É preciso analisar que o encarceramento forma experiências que subvertem essa ordem. E nada melhor que aprender isto como a partir dos próprios detentos. A categoria espaço é bastante negligenciada na geografia do cárcere, sendo importante para este trabalho buscar olhares numa perspectiva de espaços múltiplos.

A geografia influenciada pelo feminismo tem promovido discussões importantes sobre gênero, sexualidade e relações étnicas raciais, e, nesse contexto, a temática da criminalidade ganha outras dimensões. Avançamos no entendimento de que essa geografia tem grande potencial para contribuir com o debate não apenas apontando problemas, mas também propondo soluções por meio de políticas

públicas. No entanto, é necessário abordar o tema de forma crítica, levando em consideração o porquê e como essas mulheres foram condenadas. Não se trata apenas de uma conduta imprópria de um corpo desviante, mas sim de um problema baseado na criminalização das drogas e nas relações étnicas raciais (uma análise sobre a cor da pele das pessoas que compõem a população carcerária apresenta dados concretos). De acordo com o **Infopen Mulheres**, 62% das mulheres encarceradas no Brasil são negras. Ao abordarmos o problema do gênero nessa perspectiva, verificamos a necessidade das lutas feministas brasileiras de analisarem as intersecções do racismo e suas facetas com o encarceramento e genocídio da população negra e pobre, uma vez que esse problema também afeta as mulheres brasileiras. Concordando com as palavras de Lélia Gonzalez:

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. (GONZÁLEZ, 2011, p. 12)

No entanto, a perspectiva liberal do feminismo tende a ignorar um problema que afeta a maioria da população brasileira. O feminismo burguês enfatiza o empoderamento individual, como a possibilidade de mulheres alcançarem posições mais altas em suas carreiras dentro de empresas, mas não leva em consideração a situação de desemprego, falta de acesso à educação e moradia precária enfrentada por mulheres negras e pobres.

As feministas negras têm apontado que precisamos pensar nos processos de injustiças sociais a partir do ponto de vista feminista negro, criando uma outra epistemologia que, segundo Collins (2019, 2021, 2022), seja capaz de transformar nossa sociedade, assim o pensamento feminista negro está ligado ao projeto de justiça social em suas palavras:

[...] o pensamento feminista negro promove uma transformação no paradigma fundamental na forma como pensamos sobre as relações de poder injustas. Ao adotar um paradigma de opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, e levando em conta a agência individual e coletiva das mulheres negras, inerente a tais opressões, o pensamento feminista negro reconceitua as relações sociais de dominação e resistência. (COLLINS, 2019, p. 433)

A interseccionalidade das mulheres negras é um aporte teórico que articula as opressões estruturais de gênero, raça, classe, nacionalidade, entre outras. A descrição genérica é feita da seguinte forma:

A interseccionalidade investiga como relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam -se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS, BILGE, 2021, p.15)

Apesar de considerar a interseccionalidade uma ferramenta poderosa, é preciso insistir ao dizer que sem um debate que une as partes com o todo não apontaremos saída para exploração e opressão. O debate sobre encarceramento em massa tem um potencial enorme em articular o debate de gênero, raça e classe sem perder de vista como essas opressões são hierarquizadas no sistema capitalista de produção. Para isto, vamos analisar como a opressão da mulher está articulada com a criação deste mesmo sistema, não tratando-a como uma questão paralela, posto que faz parte dos processos de como o capitalismo se articulou enquanto sistema econômico, político e social. Dessa forma, abrimos o leque para pensar, além de feministas negras, como a filósofa marxista, Silvia Federici (2017, 2019) para pensar a questão.

Em seu livro *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, Federici (2019) aponta como o capitalismo precisou fazer uma verdadeira guerra contra as mulheres para se constituir enquanto sistema, tendo em vista a Europa, depois América e África. Segundo Federici (2019, p. 30), a questão histórica mais importante que este livro aborda é como explicar a execução de centenas de milhares de 'bruxas' no começo da Era Moderna e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres'. Assim, a partir da transição do feudalismo ao capitalismo, as mulheres tiveram renegado o papel do trabalho reprodutivo. É importante inserir essa questão, pois muitas mulheres presas, muitas vezes, são pegas traficando como 'mulas', levando drogas para seus companheiros no presídio ou mesmo guardando as dentro de casa.

A divisão sexual do trabalho tem um efeito muito decisivo na vida das mulheres, que podem ser subalternizadas ao ponto de se envolverem com o tráfico de drogas para sobreviver, sendo mães, porém, recebendo menos. O racismo e o machismo estruturais têm uma das suas facetas no encarceramento em massa de mulheres negras e pobres, que são encarceradas justamente pela sua cor e pela origem social. O encarceramento em massa gera lucros enquanto devora a riqueza

social, tendendo, dessa forma, a reproduzir justamente as condições que levam as pessoas à prisão (DAVIS, 2020, p. 17). É comum que mulheres das classes abastadas tenham envolvimento com o tráfico de drogas, mas há um benefício da dúvida e são vistas apenas enquanto usuárias, enquanto mulheres negras e pobres são vistas diretamente como traficantes, sendo vítimas do racismo, do machismo e, sem dúvidas, da opressão de classe.

O encarceramento em massa é uma preocupação atual que precisa ser discutida com seriedade e sem preconceitos, pois envolve vidas de pessoas que, em sua grande maioria, são presas sem julgamento prévio por delitos como o tráfico de drogas. Este crime, sob o pretexto de coibir o consumo e o tráfico de substâncias consideradas ilícitas, na verdade, promove uma guerra contra a população negra e pobre.

A Lei 11.343/2006, chamada também Lei de Drogas é uma das justificativas para o encarceramento ter crescido de maneira exponencial. Esta lei foi aprovada em um momento em que o país passava por uma reestruturação nas políticas públicas, que estabelecia benefícios para a população negra e pobre, como o Bolsa Família, a ampliação de vagas em universidades públicas e privadas (cotas, ProUni e Fies), a criação de empregos e a ampliação de crédito (BORGES, 2020). No entanto, essas políticas não modificaram o encarceramento em massa no Brasil. Nos anos 1990, a população prisional do Brasil era de 90 mil pessoas; hoje, essa população passa dos 726 mil, o que significa um aumento de 707% de pessoas encarceradas. Esse *boom* aconteceu justamente no período que se deu desse, quando o neoliberalismo se tornou uma realidade implantada no solo brasileiro, um processo contínuo, que passa por governos mais à direita ou aqueles cuja base são ligados à esquerda, o que indica que o arranjo estrutural do capital segue desigualdades baseadas na hierarquia racial. O fato da maioria da população carcerária ser negra não é uma simples coincidência, mas sim um projeto, no qual há uma política de morte no país, que, quando não mata propriamente dito, exerce a morte de outras formas. Para Achille Mbembe:

O racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. (MBEMBE, 2018, p. 18)

O genocídio da população negra, especialmente das mulheres negras, ocorre de diversas formas: pela falta de moradia, saneamento básico, saúde e

educação. Com o tempo, esse processo assume novas formas. Hoje, o encarceramento pode ser considerado uma das maneiras de exercer o domínio da necropolítica, conceito elaborado pelo sociólogo Achille Mbembe para descrever o micropoder:

[...] o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer. É um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o status políticos dos sujeitos. A diminuição ao biológico desumaniza e abre espaço para todo tipo de arbitrariedade e inumanidade. No entanto, para o sociólogo há uma racionalidade na aparente irracionalidade desse extermínio. Utilizam-se técnicas e desenvolvem-se aparatos meticulosamente planejados para execução dessa política de desaparecimento e de morte. Ou seja, não há, nesta lógica sistêmica, a intencionalidade de controle de determinados corpos de determinados grupos sociais. O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera extermínio dos grupos que não tem lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para extermínio.” (MBEMBE, 2018 *apud* BORGES, 2020 p. 23)

As guerras às drogas legitimam a ação de genocídio do Estado, que se materializa em corpos negros e periféricos, tendo no encarceramento sua principal forma de coerção desses sujeitos sociais. O gênero tem um lugar bastante determinante nesta engrenagem, pois não só forma, mas também estrutura o sistema prisional (DAVIS, 2020). A revista Íntima é uma realidade nas prisões e é uma questão central no ativismo contra o sistema prisional feminino. O encarceramento feminino é pouco debatido nos círculos sociais e, entre os ativistas, têm-se buscado debater o encarceramento masculino, pois estes são a maioria no sistema prisional. É sobretudo nos homens onde o Estado dita quem vai morrer, sendo o genocídio direcionado, em sua maioria, a esses alvos. No entanto, o cárcere feminino tem recebido cada vez mais atenção devido ao seu aumento, sobretudo por denúncias relacionadas às condições do sistema prisional.

O trabalho tem como objetivo analisar e contextualizar a vida de mulheres encarceradas, partindo das desigualdades raciais e compreendendo como uma política discriminatória afeta especialmente as mulheres negras, que são marginalizadas e excluídas da cidade, levando ao encarceramento em massa como resultado da segregação socioespacial. A geografia tem estudado a questão das desigualdades urbanas e da segregação socioespacial, mas poucas pesquisas abordam a criminalidade e o fato de que, mesmo com o Brasil encarcerado em massa, os números de detentos não param de crescer. As hipóteses que baseiam este trabalho são: que o encarceramento em massa vivido por parte da população negra faz parte das desigualdades sociais, que este encarceramento; a falta de direitos básicos da população feminina; as mulheres jogadas presa uma ordem

domestificação (o espaço doméstico, que é feito no âmbito privado) vivem um processo que vai a margem ao encarceramento, estruturando sistema penal.

Para enfrentar esse desafio, serão usados além dos autores já citados, também Fernanda Martins (2019) e Luiz Phelipe Del Santo (2020), com foco em mulheres, especialmente negras e aquelas que compartilham antirracismo em suas pesquisas. A pesquisa foi realizada com ex-detentas, sendo que as entrevistadas são mulheres mais velhas. Pretende-se obter dados sobre as condições de trabalho, perspectivas de vida, se vivem em situação de vulnerabilidade, se possuem ou já possuíram alguma ligação com o crime, qual é a renda da família e se essa renda é fixa, grau de escolaridade, os motivos que levaram a cometer o crime e quais eram as condições delas nas penitenciárias. Também foram realizadas entrevistas com o movimento “Por Nós”, a fim de evidenciar o trabalho de apoio às mulheres em situação de encarceramento.

A metodologia realizada para as pesquisas são histórias de vida. Baseado na escola de pesquisa da Sociologia de Chicago, essa metodologia busca trazer para análise as histórias de vidas das pessoas, não como uma autobiografia convencional, um dado de análise sociológico e claro, também não sendo uma história da ficção, mas sim a partir das experiências das pessoas, para tentar compreender a partir de análise em como as mulheres são inseridas na cidade e como entraram na criminalidade, lembrando que na história de vida o método utilizado vai depender da perspectiva do pesquisador, bem como o contexto em que a pesquisa é utilizada. Portanto, aqui se tem uma pesquisa qualitativa, utilizando teorias estruturalistas sem deixar de atender para aquilo que as teorias pós críticas trouxeram como elementos do debate.

A pesquisa é realizada no método qualitativo e a hipótese central desse trabalho é que o encarceramento em massa faz parte de uma dinâmica de desigualdades de classe, raça e gênero, no funcionamento socioespacial da sociedade. A hipótese central de que o encarceramento em massa está inserido em uma dinâmica de desigualdades socioespaciais, que inclui as dimensões de classe, raça e gênero, também é pertinente. Pois, o sistema prisional reflete e perpetua as desigualdades, com taxas desproporcionais de encarceramento de pessoas negras, da classe trabalhadora e de gênero feminino. Através da abordagem qualitativa, será possível analisar as experiências e vivências dessas mulheres que passaram pelo sistema prisional, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dessas dinâmicas sociais e espaciais.

O primeiro capítulo aborda a condição da mulher no Brasil e no mundo, demonstrando como, a partir da perda das terras comunais, as mulheres passaram a ser inseridas no trabalho reprodutivo, perdendo o controle dos corpos. A divisão social e racial do trabalho intensificou as violências no Brasil. A opressão e exploração da mulher negra, marca como o capitalismo aqui desde do seus primórdios foi baseado na violência e subalternização de corpo. Assim, inserimos dados estatísticos sobre trabalho, renda, violência, desigualdade socioespacial e sistema carcerário para entender a realidade de mulheres, em especial as negras, no Brasil..

O segundo capítulo traz um debate sobre a segregação racial e o encarceramento em massa no meio urbano, a cidade desigual, as construções baseadas cada mais feita pelos interesses privados *versus* públicos, com a segregação não só racial, mas econômica etc., que tem uma consequência na vida das mulheres na vida de mulheres? Trazemos um debate sobre as construções das cidades e a inserção da população negra, adicionando entrevistas com sobreviventes do tráfico, explorando como as mulheres vivenciam o espaço cárcere, porquê elas foram parar naquele lugar, qual a história por trás da mulher que viveu o cárcere e como elas sobrevivem após a experiência.

O terceiro capítulo discorre sobre a geografia e a importância dela ser mais plural, sem a retórica de neutralidade científica. Uma geografia que não esconde mulheres da produção do espaço geográfico. Assim, a construção do espaço geográfico perpassa por especificidades de gênero, raça e classe, por uma geografia feminista e antirracista, além de fazer um debate sobre a criminologia feminista e a questão da penalidade neoliberal.

2 A condição da mulher Brasil e mundo

Para falar sobre as condições das mulheres na sociedade em que vivemos, evidenciaremos o período de transição entre feudalismo para capitalismo, a partir do olhar de Silvia Federici (2017) a qual indica que se constitui um papel primordial na esfera de reprodução do capitalismo, o qual renegou a mulher a um papel de trabalho doméstico, o que é imposto para muitas mulheres até hoje. Todo esse período foi marcado por uma subordinação à ordem patriarcal, cis-hetero-normativa e racializada, a construção da condição da mulher é marcada por várias negações de direitos humanos e sociais. Para elas, sempre foram reservados os lugares subalternos, a politização da sexualidade preparou o terreno para sua criminalização e foram colocadas para reproduzir a força de trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo foi marcado pela brutal violência, os historiadores usam o termo “transição” para descrever o período, para definir o momento em que capitalismo tentava surgir ao meio de um sistema feudal, mas a história não foi gradual, linear e sem conflitos. Na verdade, foi um dos momentos mais brutais. Usando o conceito de Marx, Silvia Federici emprega o termo “acumulação primitiva” para descrever o momento prévio de acumulação capitalista para assim fazer sua expansão, analisando que naquele mesmo período também houve “grande caça às bruxas”, não vista por Marx quando analisou o mesmo. Nesse processo, Federici (2017) defende que

I - A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e plantações do Novo Mundo não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado.

II - Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que tanto na Europa como na América, foi alcançado por meio das “bruxas”

III - A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre gênero, assim como sobre “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno.

IV - Não podemos, portanto, identificar a acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou meu ver a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições - especialmente a divisão entre homens e mulheres - que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta.

A análise sobre a acumulação primitiva do capital pelo olhar das mulheres nos possibilita entender que o processo foi, além do genocídio e escravidão da América e África, marcado pelo papel que, desde aquele momento, as mulheres tiveram na esfera da reprodução. Federici (2017) indica que no Novo Mundo, a acumulação capitalista conduziu os povos nativos para o regime de mita e do catequil², em que multidões de pessoas deram a vida para extrair prata e mercúrio das minas. No Leste da Europa, foi imposta uma “segunda servidão” em prisão à terra para uma população de produtores agrícolas que jamais havia sido serva. Na Europa Ocidental, ocorreu o cercamento de terras, as caças às bruxas, as marcações a fogo, os açoites e o encarceramento de mendigos e “vagabundos” em *workhouses*³ e em casas correcionais recém constituídas, modelos para o futuro sistema carcerário.

Segundo Federici (2017), o processo de cercamento da terra empobreceu a classe trabalhadora, ocorrendo a separação entre produção e reprodução, o que atingiu as mulheres. Este fenômeno foi internacional e massacrante para a população indígena americana, que foi desapropriada de suas terras comunais. Ainda segundo Federici (2019), na Europa, a privatização das terras coincidiu com a expansão colonial, assumindo formas diferentes, como despejos de inquilinos, aumento do aluguel e impostos elevados impostos pelo Estado. É preciso mencionar duas formas de expropriação de terra que mudaram o caráter do período, segundo Federici: a expropriação de terras usadas como meio para transformar arranjos territoriais econômicos e a reforma religiosa.

Contudo, segundo Federici (2017), tudo isso não aconteceu sem resistência. As mulheres lideraram muitas lutas contra o processo de cercamento de terra. Por exemplo, 37 mulheres lideradas pela "Capitã Dorothy" atacaram mineiros de carvão que trabalhavam naquilo que as mulheres reivindicavam como sendo campos comuns de pastagem. Essa presença feminina se explica, pois as mulheres estavam acima das leis "protegidas" legalmente pelos seus maridos. No entanto, o governo tratou rapidamente de eliminar esse privilégio e começou a prender e encarcerar mulheres que participaram contra os cercamentos.

² Mita e catequil é um sistema em que foi concedido aos proprietários de terras espanholas o direito sobre o trabalho das comunidades indígenas.

³ Os *workhouses* são lugares onde pessoas que não tinham onde morar podiam viver e trabalhar, estabelecido na idade média sua história é antiga e serviu como modelo para o futuro sistema carcerário inglês.

Assim como ocorreu com a comuna, as mulheres foram as que mais sofreram quando a terra foi perdida e o vilarejo comunitário se desintegrou. Isto se deve, em parte, ao fato de que, para elas, era muito mais difícil tornarem-se “vagabundas” ou trabalhadoras imigrantes, pois uma vida nômade as expunha à violência masculina, especialmente num momento em que a misoginia estava crescendo (FEDERICI, 2017, p. 144). As mulheres também foram prejudicadas pelo cercamento de terras, pois a partir da privatização das terras, as relações monetárias começaram a dominar a vida econômica, passando assim a terem maior dificuldade para se sustentar, sendo confinadas ao trabalho reprodutivo em um momento em que este estava sendo absolutamente desvalorizado.

Foi a partir do desaparecimento da economia de subsistência, quando a unidade entre produção e reprodução era comum nas sociedades baseadas na produção para-uso, que essas atividades tornaram-se portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico, deixando inclusive de ser considerada um trabalho. Isso não significou que trabalho reprodutivo deixou de ser pago, mas agora em valores inferiores - quando eram realizados para senhores fora do lar. Contudo, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificados como uma vocação natural das mulheres, considerada assim trabalhadora de mulher.

2.1 O processo de opressão das mulheres

A opressão da mulher não é um fenômeno natural da história, mas está ligada às transformações ocorridas na sociedade. Federici (2017) faz uma pergunta essencial em sua análise da acumulação primitiva, que fica muito evidente na forma como as feministas vão a um nível mais baixo na análise da produção e circulação de mercadorias, a fim de pensar sobre o que torna produtiva a produção. A divisão sexual do trabalho produziu uma hierarquia e diferenciação no interior da classe trabalhadora. Uma demonstração relevante disso é como o estado aplica o controle da natalidade em dado momento que precisa produzir uma maior força de trabalho.

Ainda na análise de Silvia (2017), com a queda da população em todo o

globo, a crise geral que marca a queda do feudalismo forjou um contexto em que os problemas da relação entre trabalho, população e acumulação de riqueza passaram a ser adotados num debate de primeiro plano da burguesia, a fim de adotar estratégias políticas com a finalidade de produzir os primeiros elementos de uma política populacional e um regime de "biopoder". Dessa forma, Federici (2017) indica que foi a crise populacional dos séculos XVI e XVII, e não a fome na Europa durante o século XVIII, como sinalizada por Foucault (2012), que transformou a reprodução e o crescimento populacional em interesse de Estado e objeto dos principais discursos intelectuais.

Nesse momento, intensificou-se a perseguição das "bruxas" e a adoção, nesse mesmo período, de novos métodos disciplinares pelo Estado com a finalidade de regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução, o que tem originalidade também na crise geral. As mulheres passaram a ser reconhecidas pela sua capacidade reprodutiva e o apoio ao crescimento populacional chegou ao seu auge no mercantilismo, pois a existência de uma grande nação seria a chave da propriedade e do poder. O pensamento da época supõe que a riqueza das nações seja proporcional à quantidade de trabalhadores e metais preciosos que se tem à disposição.

A intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da vida familiar, a fim de restaurar a proporção populacional desejada, foi a maneira de lançar uma verdadeira guerra às mulheres, orientadas a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução. Desse modo, a partir de meados do século XVI, ao mesmo tempo em que os barcos portugueses retornavam da África com seus primeiros carregamentos humanos, todos os governos europeus começaram a impor penas mais severas à contracepção, ao aborto e infanticídio (FEDERICI, 2017, p. 174).

Foram adotadas diversas medidas de vigilância aos corpos das mulheres, acusação de bruxaria e assassinato de crianças, o que recaiu sobre as parteiras, as quais tiveram que se tornar espiãs do Estado para conseguirem exercer a prática. Esse processo levou, naquele momento, à entrada de homens no ambiente de parto, reduzindo as parteiras ao papel passivo e colocando os homens como aqueles que trazem as vidas.

Na América, Federici (2017) aponta que a resposta à crise populacional, o processo de colonização matou 95% dos nativos e intensificou o tráfico de escravos, promovendo a classe dominante Europeia a uma imensidão de mão de obra. No

século XVI, aproximadamente, um milhão de escravos africanos e trabalhadores indígenas produziam mais-valia para a Espanha na América colonial, onde a taxa de exploração era muito mais alta do que a de trabalhadores do continente, colaborando em setores da economia europeia que estavam indo em direção ao capitalismo.

Sabemos que o sistema de *plantation* alimentou a revolução industrial. A questão é que sem a anexação da América e a escravidão, o capitalismo não decolaria. É importante evidenciar como esse processo foi essencial para a história do capitalismo. Fica evidente que toda vez que estamos ameaçados por uma grande crise econômica, a classe capitalista põe em marcha um processo de "acumulação primitiva".

O sistema de *plantation* foi decisivo para o sistema capitalista não somente porque acumulou uma enorme força de trabalho, mas também porque possibilitou um modelo de administração dele, de produção voltada para exportação, de integridade econômica e de divisão internacional do trabalho, tornando-se um paradigma das relações de classe capitalistas. Como apontado por Federici (2017), de modo geral, a *plantation* foi um passo crucial para a divisão internacional do trabalho que, por meio da produção de bens e consumo, incorporou o trabalho escravo à reprodução da força de trabalho europeia, enquanto mantinha os trabalhadores escravizados e assalariados socialmente e geograficamente separados.

Mais do que isso, o sistema de *plantation* representou um embrião do sistema capitalista, no qual foram criadas várias leis que privaram os africanos de seus direitos e identidade. Esse processo é tão crucial que, até hoje, suas sequelas se refletem na forma como o Estado brasileiro é estruturado em sua política de perpetuação do racismo, que se manifesta em formato estrutural e institucional. Isso pode ser observado nos órgãos de segurança pública, que matam e aprisionam massivamente corpos negros e periféricos.

No que se refere às mulheres negras, o sistema de *plantation* e a escravidão tiveram impactos que ainda hoje hierarquizam a sociedade brasileira, em que o racismo é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Segundo Gonzalez:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão [...] Enquanto empregada

doméstica, sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da 'inferioridade' que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada, que ela, mais do que ninguém, tem que enfrentar. (GONZALEZ, 1982, p. 44-45)

A mulher negra ocupa a base da pirâmide social no Brasil. A jornada de viver na margem, na dupla e tripla discriminação, o processo de exploração de trabalho da raça/etnia que coloca mulheres negras nas piores condições de trabalho, mostra que o trabalho doméstico, historicamente atribuído ao gênero feminino, no Brasil, reserva o espaço doméstico do outro para a mulher negra. No caso das mulheres brancas, o racismo e sua forma sofisticada no nível do debate da democracia racial ou na própria inferiorização através da dominação capitalista, racializada e patriarcal.

Esse breve panorama da história da mulher e sua opressão no sistema capitalista torna-se necessário para a reflexão de como esse sujeito histórico está inserido na sociedade de classes, como chegou à sociedade capitalista e de que lugar estamos falando quando tratamos de mulheres encarceradas, detentas que, em sua maioria, são mulheres negras com baixa escolaridade, que sofreram diversas violências na vida, passaram por dificuldades ou que mesmo se viciaram em drogas e, em um momento de deslize, foram parar no cárcere, exercendo um papel secundário na rede de tráfico de drogas.

A tese mais referenciada nos circuitos sociais da esquerda e teóricos renomados em suas áreas é a de que as desigualdades mundiais exercem um poder de punir corpos-territórios, com cada vez mais pessoas nas cadeias, isto quando não são mortas, fruto de uma política de genocídio contra o povo e neoliberalismo (WACQUANCT, 2003), mas só isso? Essa política exerce controle dos corpos e na periferia da capital trabalha com criminalização direta de qualquer debate de liberdade democrática de uso de substâncias químicas. E qual a propriedade privada é bem mais valiosa, deixando as pessoas entre a vida e a morte por ela.

A realidade brasileira, com sua herança escravocrata e patriarcal, traz uma dinâmica de opressão da mulher que reproduz no mundo inteiro o confinamento das mulheres ao trabalho doméstico, ganhando imbricações que tornam impossível pensar o capitalismo brasileiro e sua relação direta com o patriarcado e racismo. Essa dinâmica produz uma guerra entre corpos e territórios rebeldes das mulheres, a qual não exagero em dizer que existe uma guerra contra as mulheres, ou o novo "caça às bruxas" como aponta Silvia Federici (2019). As mulheres negras estão submetidas ao trabalho gratuito e obrigatório, não sendo remuneradas e tendo

pouco lugar no trabalho “produtivo”. Elas vão para a criminalidade a fim de conseguir um mínimo de renda ou, às vezes, protegem seus filhos, irmãos e maridos.

O que o encarceramento diz sobre a questão de gênero? Muitas mulheres que são chefes de família, assim como suas famílias e elas mesmas, recorrem ao tráfico para sobreviver. O confinamento das mulheres no âmbito doméstico as deixa suscetíveis, inclusive, a serem presas no lugar de seus parceiros, já que as drogas ficam dentro de casa. A dinâmica de um inimigo interno que criminaliza certos grupos e territórios desenha assim um processo de violência que faz surgir uma força produtiva que tenta reorganizar as relações de obediência e exploração.

2.2 Dados estatísticos de trabalho, renda, violência, desigualdade socioespacial e sistema carcerário

A importância da construção de uma ordem patriarcal e racista que submeteu as mulheres à divisão sexual e internacional do trabalho foi fundamental para o sistema capitalista, diferenciando não apenas as tarefas de homens e mulheres, mas também suas vidas, experiências, relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. A divisão sexual, assim como a divisão internacional do trabalho, foi uma forma de relação de poder e uma divisão na força de trabalho, do mesmo modo que foi um imenso impulso à acumulação capitalista.

As consequências dessa política são sentidas pelas mulheres do mundo inteiro. A desigualdade de gênero é sentida, sobretudo, no que diz respeito ao trabalho e à renda. As mulheres são sistematicamente expulsas dos lugares de trabalho e têm maior dificuldade de se sustentar. O relatório da ONU "Transformando promessa em ações: desigualdade de gênero na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável" mostra o desenvolvimento global de mulheres em diversos campos de atuação, demonstrando que o gênero feminino é mais pobre, sofre com a discriminação machista e racista e passa mais fome do que o masculino.

"A mulher no mercado de trabalho vai ganhar menos que um homem". A tabela número 1 do relatório "Desenvolvimento humano para além das médias", de 2017, mostra o quadro médio de renda entre mulheres e homens nos anos 2000 e 2010 da seguinte maneira: a renda de uma mulher nos anos 2000 era de R\$ 939,10, enquanto o salário de um homem era de R\$ 1.422,30. Dez anos mais tarde, o nível de desigualdade ainda é alarmante, no qual a mulher recebe R\$ 1.059,30 e o

homem R\$ 1.470,73.

Outra questão relevante a ser destacada é o nível de responsabilidade majoritária das mulheres em relação aos afazeres domésticos. Há uma grande disparidade entre os gêneros: em 2017, por exemplo, enquanto as mulheres dedicam em média 20,9 horas por semana a essas atividades, os homens dedicam apenas 10,8 horas, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017 (PNAD Contínua).

Não podemos deixar de mencionar também a maternidade como um fato que demonstra como as obrigações das mulheres com seus filhos as afastam do mercado de trabalho (COUTINHO, 2006). Há uma discriminação das mulheres no mercado de trabalho como pessoas que engravidam, a existência de direitos como licença gestacional, licença maternidade, benefício previdenciário do salário-maternidade, entre outras proteções e direitos relacionados à reprodução e aos filhos, as quais os homens não possuem, isso pode fazer com que empregadores preferem contratar pessoas do gênero masculino, pois isso trará menos prejuízo para a empresa. Isso já foi afirmado pelo presidente do Brasil, quando ele disse que não contrataria uma mulher pelo mesmo salário porque ela tem um direito há mais, como a licença maternidade (VERRI, 2017).⁴

Não podemos deixar de mencionar o impacto que o racismo estrutural tem na divisão sexual do trabalho. Mulheres negras são as que recebem menos e ocupam os piores postos de trabalho, muitas vezes exercendo trabalhos de cuidados. Na realidade brasileira, as pessoas negras estão propensas a trabalhar no mercado informal e acabam não se aposentando. Sendo a base da pirâmide da sociedade, mulheres negras recebem, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocupam o topo da escala de remuneração no país. Atrás deles, estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos.

Os dados da pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça” publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), mostram que a população negra é maior em número de desocupados 64,2 %, onde mulheres são

⁴ Bolsonaro diz que não empregaria uma mulher com o mesmo salário de um homem. Maringá, 15 de outubro, 2017. Facebook: Enio Verri). Disponível em: <https://www.facebook.com/enioverri/videos/bolsonaro-diz-que-n%C3%A3o-empregaria-uma-mulher-com-o-mesmo-sal%C3%A1rio-de-um-homem/1114193142044094/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

maioria 47,8%. No que toca à pobreza monetária, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza, propostas pelo Banco Mundial, é maior que o dobro da proporção verificada entre as brancas. No que se refere à escolaridade, as pessoas negras se encontram em desvantagem em relação a população branca também neste quesito. Entre 2016 e 2018, a população preta ou parda, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade passou de 9,8% para 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo se ampliou de 37,3% para 40,3%.

Os dados da pesquisa "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça", publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, mostram que a população negra é maioria em número de desocupados, representando 64,2%, sendo as mulheres a maioria, com 47,8%. No que diz respeito à pobreza monetária, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial é mais que o dobro da proporção verificada entre as brancas. Em relação à escolaridade, as pessoas negras estão em desvantagem em relação à população branca também nesse quesito. Entre 2016 e 2018, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade da população preta ou parda passou de 9,8% para 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo aumentou de 37,3% para 40,3%. Contudo, esses indicadores permaneceram aquém dos observados na população branca, cuja taxa de analfabetismo era de 3,9%, e a proporção de pessoas com pelo menos o ensino médio completo era de 55,8%, considerando os mesmos grupos etários mencionados em 2018. A taxa de violência entre a população negra e parda também reflete a realidade da desigualdade do Brasil. Em 2017, a taxa de homicídio dessa população foi de cerca de 43,4 para cada 100 mil habitantes pretos ou pardos, enquanto a taxa de homicídio para pessoas brancas foi de 16%. Os dados indicam que a população negra está mais propensa ao genocídio, com 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca.

A taxa de feminicídio também é maior em mulheres negras, na qual se vê uma maior dificuldade em fazer a denúncia. No primeiro semestre do ano de 2020, o levantamento do Monitor da Violência, em parceria com o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que 75% das mulheres vítimas de assassinatos no Brasil eram negras. Os estados

demonstram falhas na transferência dos dados, dos quais não foram divulgadas as etnias das mulheres em pelo menos cinco estados e três de forma parcial.

A segregação socioespacial é um elemento essencial de análise, pois, a partir dele, mostra-se que os sujeitos encarcerados pertencem a um determinado território, sendo moradores de favelas, e a criminalidade se localiza nas periferias e em cidades cada vez mais segregadas. As favelas ficam sujeitas a todo tipo de violência, inclusive ao tráfico de drogas. Nesse quesito, a população negra também é maioria. No censo demográfico de 2010, mostra-se que nos dois maiores municípios brasileiros (São Paulo e Rio de Janeiro), a chance de uma pessoa preta ou parda residir na periferia era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas.

Esses dados indicam que a população carcerária feminina é jovem, negra e de baixa escolaridade, tendo sido presa pelo crime de tráfico de drogas, totalizando 62% das incidências penais. A maioria aguarda julgamento, e 62% da população carcerária de mulheres são negras, sendo que 85% dessa população não concluiu nem o ensino médio. Elas estão presas por crimes sem violência, o que demonstra a seletividade do Estado brasileiro, que criminaliza determinadas ações enquanto parece não enxergar outras práticas por determinados grupos.

O processo do encarceramento brasileiro é basicamente o corte do fluxo de circulação de riqueza proibido pela lei, já que o tráfico, o roubo e o furto ao patrimônio, em conjunto, representam 75% da população carcerária total. O Estado brasileiro é sensível em relação à circulação de riqueza indevida, e, assim, esse tipo de delito acaba sendo mais combatido, um delito que é cometido por uma parcela da população que é vulnerável, como mulheres, negros e pobres.

3 ENCARCERAMENTO EM MASSA DE MULHERES: pesquisa com ex-detentas e movimentos feminismo abolicionista penal

A análise da acumulação primitiva do capital sobre os corpos-territórios "ocultos" da produtividade e o confinamento das mulheres na reprodutividade mostram que o lugar da mulher na dinâmica capitalista, através da divisão internacional e sexual do trabalho, as coloca na esfera da reprodução subordinada. As mulheres ocupam um espaço também no sistema de encarceramento. Todos os dados estatísticos mostrados até agora colocam a população negra e pobre à margem, e especialmente as mulheres são vítimas de exclusão, domesticação e violência. Apesar de serem minorias no sistema penal, nos últimos 16 anos, houve um aumento preocupante de mulheres encarceradas, crescendo um pouco mais de 500%.

O encarceramento em massa de mulheres negras deve ser analisado a partir do prisma racial e de classe. Iremos contextualizar neste capítulo como certos corpos e territórios estão em guerra, e ainda, elaboramos uma segunda hipótese sobre a presença da trajetória de sua marginalização ao encarceramento dessas mulheres. A partir das histórias de vida delas, pudemos trazer essa realidade, permitindo-nos analisar quais condições vivenciavam antes de serem postas atrás das grades e como chegaram até ali. Os movimentos feministas que têm trabalhado no sistema penal realizam um trabalho interessante em assistência, faltante no Estado brasileiro.

Como as mulheres chegaram ao espaço cárcere? As condições de vida que as colocaram ali serão as mesmas após saírem da prisão? Como essas mulheres serão reinseridas na sociedade? São várias as perguntas que foram lançadas sobre o sistema carcerário brasileiro e a penalidade que marca a vida de mulheres, sobretudo em condições de vulnerabilidade social. O domínio da necropolítica é o que marca toda política de segurança pública brasileira neste momento em que escrevo este trabalho.

A pesquisa tenta evidenciar as vidas de mulheres negras e pobres que passaram pelo sistema carcerário, para, além de ser um espaço de redução de conduta, treinamento do *corpus*, ou seja, condução disciplinar. O cárcere pode ser um lugar no qual essa ordem pode ser subversiva. Afinal, as detentas sobrevivem na ordem estabelecida pelo sistema carcerário?

As geógrafas feministas insistem em falar que relações socioespaciais estão repletas de especificidades de gênero. A identidade feminina está sobrecarregada de estereótipos construídos culturalmente, os quais impedem a sociedade de esperar certas atitudes e determinados papéis preestabelecidos quanto ao "ser mulher" (SILVA, 2009). Espera-se da mulher um lugar passivo, de tranquilidade. Analisando ao contrário, mulheres que foram para a criminalidade têm um recorte socioespacial bastante interessante.

3.1 A segregação racial: o processo encarceramento em massa em meio ao urbano.

Pode-se dizer que no Brasil, o encarceramento em massa tem como alvo populações pobres, jovens e periféricas. A lógica de construção de cidades cada vez mais excludentes, nas quais a população negra e pobre vive à margem, também reflete nas desigualdades de gênero, em que certos corpos e territórios são estigmatizados. Isso não só afeta o espaço, enquanto algo alcançado pela população mais vulnerável, mas também onde a população branca e rica mora de um lado da cidade. Lourdes Carril (2003) aponta que as cidades funcionam como mediadores das relações sociais, onde o espaço urbano tem forte segregação territorial e afeta tanto a população vulnerável quanto a população branca e rica. A segregação econômica e racial é evidente nas cidades brasileiras, onde a população negra e pobre muitas vezes mora em áreas distantes e de difícil acesso, enquanto a população branca e rica ocupa áreas privilegiadas da cidade.

Nas metrópoles brasileiras, ou até mesmo em cidades pequenas, podemos perceber, cada vez mais, uma lógica de gentrificação e concentração de renda, valorização do espaço urbano e uma política que privilegia o setor imobiliário (HARVEY, 2014). O resultado traz territórios cada vez mais segregados, nos quais a violência urbana se acentua e são privilegiados interesses de certos segmentos em detrimento de outros (KOWARICK, 2003). Existe também uma seletividade na atuação da força de segurança e no uso da violência estatal (MISSE, 2013).

A população pobre e negra vive à margem, e essa política de marginalização guarda uma relação com o encarceramento. O estado neoliberal condiciona o gerenciamento da pobreza, no qual certos territórios e corpos são estigmatizados, o que leva a um processo em massa de encarceramento, com um recorte racial sobre

homens e mulheres que são presos, muitas vezes exercendo um papel secundário no tráfico de drogas. Em relação às mulheres, por exemplo, muitas são empacotadoras ou "mulas".

Mas qual é a importância de discutir o encarceramento e a cidade? Ou melhor, em que os dois guardam relação e por que existe um processo de segregação? A resposta parece simples. Como é referendado nas teorias sociais, a cidade é o palco das lutas sociais e também das suas injustiças, assim como das suas contradições (CALDEIRA, 2000). O encarceramento, como é feito hoje, parece ser parte de uma lógica de gerenciamento da pobreza, sendo fruto das desigualdades de renda e racial, com aderência no debate de gênero, especificamente de mulheres negras e pobres. Um aspecto negligenciado nos trabalhos das ciências sociais, sobretudo na geografia, é a estruturação de gênero, como o encarceramento em massa, que está conectado à lógica da vida cotidiana da cidade.

Este processo perpassa a vida urbana, o processo de urbanização do qual, como efeito da própria modernidade, produz o encarceramento em massa, já que o processo de racionalização da punição é mais uma teoria do que realidade. É inegável que o tráfico de drogas é uma fonte financeira para uma parcela da juventude, tornando o encarceramento bastante provável na vida de mulheres e homens jovens, pobres, negros e periféricos. Ainda é uma alternativa entre estudar ou trabalhar que aparece como uma opção de trabalho: a venda de produtos ilícitos.

O tráfico de drogas é uma empresa capitalista regulada pelo Estado através dos mecanismos da proibição e da ilegalidade, produzindo um mercado de drogas totalmente desregulamentado para o trabalhador e para o consumidor, exatamente porque se estabelece a proibição e o vale-tudo nas relações com a força de trabalho. O Estado não regula as formas pelas quais as empresas de comércio de drogas vão operar, e ao mesmo tempo não é capaz de impedir que elas existam e lucrem (SINHORETTO, 2018, p. 10).

Nesse sentido, as redes de tráfico de drogas criam um espaço que é produzido todos os dias em seu cotidiano, e as cidades convivem com o crime de circulação indevida de riqueza, dentro da seletividade do sistema penal. A política de segurança pública se preocupa mais com furto, roubo ou tráfico de drogas do que com os milhares de homicídios que acontecem todo ano no Brasil, fruto dessa política. As relações raciais, de classe e de gênero perpassam essa produção, e a

cidade, como espaço de segregação racial, coloca em discussão como as mesmas produzem uma marginalização, que vai desde a exclusão dos centros urbanos até o encarceramento de uma parcela da população.

A geografia vem discutindo a segregação urbana do seu ponto de vista econômico, complexo que possui multifacetadas, sendo uma delas a racial (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 1968; CARLOS, 2011; SANTOS, 2000). Neste trabalho, vamos referenciar que ela se apresenta como racial, econômica, social, política, religiosa e até mesmo em relação às nacionalidades. Diferente dos Estados Unidos, por exemplo, onde a segregação racial tem origem por intermédio da lei, com a lei Jim Crow passando pelos territórios, escolas, trabalhos, banheiros, ou outro exemplo que é o *Apartheid* na África do Sul, que também tem intermédio da lei e pela força bruta, pois as pessoas foram criminalizadas e presas por não respeitar a decisão, como no caso de Nelson Mandela. No Brasil, a segregação racial tem origem na escravidão em que, após, o racismo se manteve suficientemente sofisticado para moldar corpos e mentes. Não foram necessárias leis para separar, como em Jim Crow, na verdade, na paisagem, há lugar para negros e assim como para brancos.

A segregação socioespacial é um problema complexo e multifacetado que afeta principalmente a população negra. Após o processo de escravidão, muitos negros se organizaram para morar em favelas e periferias, e a segregação dessas áreas tem origem nesse momento histórico. Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, na favelização de São Paulo e na segregação de cidades como Campinas e Sorocaba. Embora cada cidade tenha suas particularidades, a segregação socioespacial é uma marca comum que se intensificou durante o processo de urbanização do Brasil nas décadas de 1970 e 1980, quando a malha urbana começou a se expandir e parte da população mais vulnerável passou a morar em favelas (SUZUKI, 2016; KOWARICK, 2003; RIBEIRO, 2014).

Além de criar uma hierarquia econômica e étnico-racial, a sociedade brasileira está cada vez mais violenta em relação a certos corpos e territórios. Isso pode ser visto nos casos de Amarildo, Marielle e Marcos Vinicius, que foram mortos, assim como na forma como certos corpos e territórios são criminalizados e encarcerados. A necropolítica, ou seja, a capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer, trata os corpos negros e periféricos como descartáveis, mesmo aqueles que estão na infância, como foi o caso de Marcos Vinicius, morto aos 12 anos por um tiro de bala perdida em um confronto entre a polícia e traficantes

quando voltava da escola. Quando não são mortos, esses corpos são frequentemente presos, mesmo por delitos menores, como o furto de alimentos ou a posse de pequenas quantidades de drogas. No entanto, a política de encarceramento muitas vezes foca nos pequenos traficantes e usuários de drogas, em vez de atuar contra o crime organizado, que continua operando como uma verdadeira indústria.

Segundo Calmon, o conceito de necropolítica, podemos dizer que ele se relaciona com o genocídio do povo negro, fenômeno analisado por Abdias do Nascimento (1978). Com dados do Mapa da Violência (2016), podemos ver uma correlação entre racismo e violência policial, escancarando o mito da democracia racial que, por muito tempo, perpetuou o racismo à brasileira, como "bandido bom é bandido morto" ou "se morreu não é boa coisa". Essa lógica tem sido totalmente violenta com os corpos negros nas cidades, produzindo não somente mortes, mas também o encarceramento em massa da população jovem e periférica, pois desenvolve uma estratégia do Estado para ditar quem vai morrer e quem vai ficar livre ou preso.

Nascimento (1978) diz que é difícil debater as relações raciais no Brasil e isso se explica porque, durante o pós-abolição, foi perpetuado que no Brasil não haveria racismo e que a sociedade brasileira vivia em harmonia entre as raças. Durante todo o período da ditadura militar, quem quisesse trazer à tona a realidade do negro no Brasil era censurado. Assim, o mito da democracia racial é que impulsiona o genocídio da população negra no Brasil. O que acontece no Brasil é que nos é fornecida institucionalmente uma única história. Como analisa a feminista negra nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019), em "O perigo de uma história única", desde a colonização, o mundo ocidental tem contado essa calúnia fatídica acerca da utópica democracia racial, enquanto conta uma única história sobre a mercantilização da já embranquecida mulata de exportação, com o objetivo de embranquecer a sociedade, matando e explorando as negras e negros que vieram da África, desumanizando assim os corpos negros (CALMON, 2019, 147).

Como retrata Abdias do Nascimento (1978), há um apagamento da população negra na construção da sociedade brasileira, por meio do embranquecimento e pela sua exclusão da maioria dos espaços de decisão. Historicamente, nossa Constituição procurou negar a identidade afro-brasileira, amparando-se nas teorias das três raças, definindo todos pela identidade nacional.

Com a Constituição de 1988, o Estado Brasileiro reconhece as identidades étnicas e raciais presentes em nossa sociedade. No entanto, isso não mudou o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que continua excluindo a população negra dos espaços decisórios e perpetuando o genocídio.

E acima de tudo, esse processo foi garantido com o máximo de violência possível para assegurar a prática racista de anulação no qual, em particular, as mulheres negras até hoje sofrem com a solidão afetiva e também por sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a ser a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual (NASCIMENTO, 1978, P. 73).

Como colocado por Calmon (2019), diante do mito da democracia racial, a mulata é vista como "prova" da relação racial amistosa e miscigenada. O ditado popular "Branca para casar, negra para trabalhar e mulata para fornicar" enquadra a mulher negra como prostituta e carne barata. A mulher negra escravizada gerou a miscigenação forçada, ou seja, o estupro que produziu a mulata, que passou a ser objeto de fornicação e prostituição. A mulher africana foi renegada ao trabalho originariamente exploratório. E o estupro que resultou no homem mulato delegou a ele a função de capitão do mato e feitor para prender e matar os negros escravos segundo a vontade de seus senhores, além de ser usado em outras tarefas de confiança dos senhores (NASCIMENTO, 1978, p. 83).

A falsa abolição não significou a quebra das correntes dos negros escravizados, mas forjou a partir dali uma sociedade livre em que o povo negro estava entregue à própria sorte, sem condições de suprir suas necessidades, como aponta Abdias do Nascimento (1978). Após a abolição, essa população foi destinada ao trabalho braçal, doméstico, prostituição, mendicância, roubo e alistamento militar. Mesmo tendo construído o país, a participação dos negros nos negócios da nação não era bem vista. Como resultado, os africanos livres e seus descendentes foram condenados a um novo estado econômico, político e cultural de escravidão em liberdade.

As cidades brasileiras convivem com segregação e exclusão racial, como indica Kowarick (2013). Essa segregação não é intermediada pela lei no sentido de separar negros e brancos, mas sim pela exclusão de certos corpos e territórios ao longo do tempo. Podemos dizer que o processo de racismo no Brasil formulou um imaginário social onde a população negra é vista de forma diferenciada. Houve também a exclusão formal, a partir de leis que retiram a posse das terras. Como exemplo desse processo, podemos analisar a promulgação da Lei de Terras de

1850, que tornou a propriedade da terra uma mercadoria, pois somente quem pudesse pagar receberia o título de dono da terra. Não é à toa que isso aconteceu ao mesmo tempo da Lei Euzébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de escravos definitivamente. No debate de fundo, os donos do poder tentavam impedir que os escravos tivessem a posse da terra, transformando-a em cativa (MARTINS, p. 49, 2013). Nesse sentido, para evitar a construção de processos de resistência como quilombos e para que a população imigrante pudesse trabalhar a terra, ela tinha que ser cativa. Podemos dizer que a Lei de Terras foi o campo jurídico que embasou a exclusão de extensa parcela da sociedade brasileira da propriedade, construindo-se assim os processos de segregação espacial e racial.

Durante a época do Brasil imperial, a imigração europeia foi incentivada e o governo arcou com as despesas para trazer esses imigrantes, o que beneficiou imigrantes e até mesmo ex-escravos. No entanto, a não integração do negro na sociedade de classes estabeleceu uma diferenciação entre negros e brancos, formando uma classe trabalhadora extremamente explorada. O processo de exclusão de terras foi essencial para o *apartheid* social vivido nas cidades brasileiras, onde ocorre uma valorização do espaço, mercantilização da terra e extração de renda nos moldes capitalistas, deixando parte da população mais vulnerável. É importante dizer que isso não teve consequência apenas para população a negra, mas para outras minorias étnicas e grupos vulneráveis como mulheres, imigrantes e indígenas.

A população negra é excluída pela sua condição econômica e de cor, e as políticas públicas para superar essa desigualdade caminham a passos lentos, muitas vezes sendo revertidas por golpes parlamentares. A classe dominante deixou de lucrar com a economia escravista para obter lucro a partir de terra cativa, e durante o abolicionismo brasileiro, as políticas para a população negra foram sufocadas pelas hierarquias sociais e latifundiárias da época. Esses processos históricos resultaram em uma cidade que convive com a segregação e a exclusão racial, afetando diretamente a vida e a dignidade da população negra brasileira.

É preciso também acrescentar a “lei da vadiagem” como parte do processo de segregação da população negra. Podemos dizer que é uma forma de controle da população negra urbana pós-abolição (CAMPOS, 2020). É preciso lembrar que o mercado de trabalho era ainda mais sutil com a população negra naquele momento. Sem terras para plantar, o povo negro se viu obrigado a tentar a sorte no mercado

de trabalho nos centros urbanos, o qual não os absorveu. Eles passavam a vagar pelas cidades ou fomentar o mercado informal, submetendo-se a subempregos e baixa remuneração.

Uma forma de deixar os centros urbanos mais "agradáveis" para os detentores de poder foi afastar os indivíduos socialmente indesejáveis que vagavam pelas cidades, teoricamente sem nenhuma ocupação. Neste cenário, a legislação penal brasileira abordou a figura penal tipificada no Código Criminal de 1890 como "vadio", ou seja, uma lei do império que determinou como as cidades urbanas brasileiras devem ser moldadas.

As políticas instaladas antes da Constituição de 1988 foram, em grande parte, anti-mulheres, anti-negros e anti-pobres (FLORESTAN, 1964, 1972; CARNEIRO, 2011; GONZALEZ, 1984, 1985, 1992). Isso não quer dizer que, naquele momento, não houve conquistas, mas, ao meu ver, fazem mais parte de um arranjo estrutural do capital do que políticas que foram pensadas para beneficiar a população trabalhadora, a qual só foi possível por meio de lutas por direitos da população. Isto é, nada foi dado, a classe trabalhadora brasileira, em sua posição na periferia do capitalismo estabeleceu "a sangue e ferro" direitos sociais aqui conquistados.

Para pequenas conquistas que estavam sendo encaminhadas durante todo o período de um governo progressista, vem sendo desmanteladas por uma extrema direita com delírios coloniais e supremacistas brancos. O estado de guerra permanente que vive o Brasil coloca os corpos de mulheres, negros e jovens no chão que, quando não são mortos, estão à margem da sociedade. Os homens são presos por crimes de roubo ao patrimônio e, no caso das mulheres, essencialmente, por tráfico de drogas. Com uma igualdade em questão de cor, a grande maioria deles é negra (INFOPEN, 2016)."

A chamada necropolítica é uma leitura contemporânea daquilo que é visto como o outro, ou seja, da liberdade para matar, tanto concretamente quanto subjetivamente. Nesse olhar, a violência é considerada uma epidemia ou fora de controle pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e a violência política causada pelo crime de tráfico de drogas faz mais de dez vítimas por 100 mil habitantes (MENA, 2015). A instituição Polícia Militar vem sendo desacreditada pela população, o que pode ser visto pelos seus níveis de aprovação baixos: 70% da população no país não confia na instituição, 69% se declaram insatisfeitos com sua atuação, e um

terço da população teme sofrer violência policial, e índice semelhante receia ser vítima de extorsão pela polícia (FBSP, 2013).

Contudo, ainda impera o mito de que a polícia brasileira faz um bom trabalho, e policiais militares que cometem crimes contra a vida não são responsabilizados pelos órgãos de justiça. As cidades brasileiras convivem num processo de segregação e encarceramento, que se reflete nos dados já demonstrados de violência, segregação, desemprego, o não reconhecimento dos direitos sociais a uma dada parcela da população ou o falso reconhecimento desses direitos impedem que sejam aprofundados. Este processo de encarceramento mata subjetivamente e impede que essa população tenha acesso a uma vida digna, já que criam diversos estereótipos de “ex-presidiários” e não conseguem empregos melhores após cumprir pena. Sobretudo, é tirado o sentido da liberdade dessas pessoas.

Hoje há um certo inclino para as cidades serem centros da especulação imobiliária (HARVEY, 2013), a qual vem gerando cada vez mais violência urbana, seja por expulsões de certos corpos de determinados territórios, seja porque cidades são pensadas para o lucro, o que gera desigualdades que podem acentuar essa violência. Um debate sobre as condições reais da classe trabalhadora e, especialmente das mulheres, tem que considerar o processo de especulação. É impossível analisar as cidades sem essa verificação, a qual precariza a população mais vulnerável, cujas vivências nestas cidades são cada vez mais caras, não cabendo no bolso e longe dos centros urbanos. Toda a dívida das famílias e a falta de acesso ao trabalho formal deixam cada vez mais pessoas sujeitas a terem como única alternativa a criminalidade em forma que muitas famílias buscam a rede de tráfico de drogas. Mas, é preciso enxergar também todo um processo de “domesticação”, no qual as mulheres são colocadas para realizar o secundário no espaço doméstico. Somos 50% da população, parimos e cuidamos da outra metade, e mesmo aquilo que pode ser visto como “trabalho”, mesmo sendo ilegal, é realizado além do espaço privado. Este “trabalho”, de alguma forma, serve como referência no cuidar. São comuns relatos de mulheres que se aproximaram de redes de tráfico de drogas que afirmam terem sido pegas realizando o trabalho de mula, empacotadora ou simplesmente guardando em suas casas, levando para seus companheiros na prisão. Este último é totalmente um trabalho do “cuidado”. É claro que as drogas não

são pessoas que precisam de cuidados domésticos e emocionais, mas pensando a partir da lógica de ambiente doméstico.

Para ver como isto se dá concretamente, entrevistamos mulheres para obter relatos das histórias de vida que vivenciaram o processo de encarceramento. É a partir delas que podemos ter contato para além do debate empírico. A seguir, iremos entrevistar ex-detentas que vão relatar suas histórias de vida, que são duas mulheres negras que vivenciaram o encarceramento, e também uma representante do movimento Por Nós, que também contará sua história e responderá perguntas. Antes explicaremos a metodologia utilizada.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA HISTÓRIAS DE VIDA

As histórias de vidas são trabalhadas nas ciências sociais, mas como defende Becker (1993), são uma forma de relatar as histórias, não um dado, ou uma autobiografia convencional, nem mesmo como uma forma de ficção. As diferenças nos métodos e perspectiva do autor, é que vai determinar como essas histórias são narradas e com qual objetivo. Assim, é importante afirmar que a perspectiva deste trabalho é evidenciar, a partir das experiências vividas, com base em uma análise estrutural de como as mulheres são inseridas na sociedade de classe, para compreensão de como mulheres foram parar na prisão e tentar entender as formas de classismo, racismo e machismo que perpassam a questão do encarceramento em massa no Brasil. Sem deixar de utilizar o que tem de crítico nas teorias pós-estruturalistas.

Becker (1993, p. 102) explica que o autor de ficção, quando está retratando uma história, não se preocupa em absoluto com fatos, mas antes, com o impacto emocional e dramático, com forma e fantasia, com a criação de um mundo simbólico e artisticamente unificado. A fidelidade para com o mundo como ele existe é somente um dos muitos problemas para ele, e para muitos autores, este é um aspecto de importância menor. Já o autor que mostra uma história de vida para leitores ou telespectadores compromete-se com a manutenção de uma estreita conexão entre a história que conta e aquilo que uma investigação objetiva poderia descobrir (BECKER, 1993).

O autor diz que, comparadas com as mais imaginativas e humanísticas, a história de vida se aproxima mais do “terra-a-terra”, dedica-se mais às nossas propostas do que às do autor e se interessa menos por valores artísticos do que por um relato fiel da experiência e interpretação por parte do sujeito do mundo no qual vive. Defendendo que o sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, o que parece real se ajusta a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente.

Assim, Becker defende que quando as humanidades se interessam pelas histórias de vida, mantêm o sujeito orientado para os temas nos quais as problemáticas estão interessadas, questionando sobre acontecimentos que exigem

aprofundamento. Tenta-se fazer com que a história contada acompanhe os assuntos, registros oficiais e materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. Garantindo assim o cumprimento das regras do jogo (BECKER, 1993, p. 102).

Essa perspectiva é diferente dos autores das ciências sociais que buscam atribuir maior importância às interpretações sobre o que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento. Para entender porque alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si. É possível entender os efeitos das estruturas de oportunidade, das subculturas delinquentes e das normas sociais, assim como de outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento, apenas encarando-as a partir do ponto de vista dos atores (BECKER, 1993, pág. 103). O autor afirma que a escola do departamento de sociologia de Chicago por muito tempo promoveu essa perspectiva durante a década de vinte. Quase todos os trabalhos usavam documentos pessoais, teoricamente baseados na psicologia social de Mead, tendo sua praticidade testada em pesquisa por *The Polish Peasant*. Sua utilização foi persuasivamente defendida por Ernest W. Burgess e a história de vida gozou de grande popularidade. Sendo um dos muitos instrumentos de pesquisa que tinham espaço no esquema de pesquisa do departamento.

Não tendo grupo de pesquisadores tão bem organizado, havia existido por lá como o grupo que teve seu início com Park, nos anos de 1920. O grupo de Park viu conexões entre os vários problemas sobre os quais estava trabalhando. Acima de tudo, eles viram que as várias coisas que estavam estudando tinham relações estreitas e íntimas com a cidade considerada em abstrato e com a própria Chicago, a cidade específica na qual trabalhavam.

Para o grupo de Chicago, qualquer que fosse o tema específico em estudo, o pesquisador presumia que seu caráter advinha em parte da forma e do caráter únicos da cidade no qual ocorria. O grupo confiava, implícita e explicitamente, no conhecimento que já havia sido reunido, pois tinha contribuído com seu próprio pequeno fragmento para o mosaico da teoria da cidade e para o conhecimento de Chicago que Park estava construindo (BECKER, 1993, p. 104).

Para entender isso, traz um exemplo de mosaico em que cada peça acrescentada em um mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do

quadro como um todo. Quando muitas peças são colocadas no quadro, podemos ver mais ou menos claramente os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros, cujos diferentes fragmentos vão contribuir para a compreensão. Alguns serão úteis por sua cor e outros porque realçam os contornos de um objeto, sem nenhuma das peças ter uma maior função a cumprir se não tiver sua contribuição, havendo ainda outras maneiras de chegar à compreensão do todo.

Em entrevistas com uma mulher branca, a qual também conta sua história de vida, e através de perguntas lançadas para compreensão de como elas, enquanto movimento abolicionista, enxergam o encarceramento em massa de mulheres, sobretudo negras, no Brasil, tentando conectar as partes é uma tentativa de trazer como as partes que não são o todo pode ser conectada. Essa pesquisa vai em direção de evidenciar a vida de mulheres que passaram pelo encarceramento. A fim de compreender como a raça, classe e gênero podem estruturar o sistema penal brasileiro e como a vida nas cidades vivida em seu cotidiano pode perpassar o encarceramento.

A partir de agora, iremos transcrever as histórias de vida dessas mulheres, com discussão sobre o seu relato. As mulheres que contaram suas histórias de vida são Batia e Marie, ambas negras, e Ellen, mulher branca, que faz parte do coletivo “Por Nós”. Faremos um momento de audiodescrição das entrevistadas. Todas elas irão relatar suas histórias de vida. No entanto, Ellen também vai demonstrar qual é a visão do coletivo “Por Nós” sobre o sistema carcerário, a partir de uma perspectiva ativista, mas também como sobrevivente do cárcer .

4.1 Relatos de Histórias de Vidas Mulheres Negras que vivenciaram a situação de encarceradas e movimento feminista abolicionista penal

Batia: Eu me chamo Batia de Oxum, sou lalorixá do culto Candomblé, levo o nome de la Batia de Oxum. Sou uma mulher negra com cabelos encaracolados, moro na zona leste de São Paulo, sou uma ativista anti-prisional, mãe, avó, bisavó e estudante de Filosofia.

Maire: Nossa, que linda! Prazer, viu? Gratidão também por ser uma pessoa escolhida aí, né, pra você tá fazendo esse trabalho, que eu sei que você vai fechar comigo, viu? É só pela tua garra também. Bom, meu nome é Mari, Mari Gelo, gosto que me chamem de Meire. Sou uma mulher de 62 anos, e no dia 2 do 2 [fevereiro],

né, mês que vem, completo 63 anos. Sou mãe, sou avó, sou bisavó, sou sobrevivente do sistema carcerário. Sou uma mulher afro-indígena, né, porque tanto da parte da minha mãe, minha avó era bugra; e da parte do meu pai são europeus, né, espanhóis. Então, enfim, é uma mistura, mas eu me sinto uma mulher indígena, né, e muitas vezes a gente fica um pouco confusa, e eu falo realmente muitas vezes que eu sou confusa, né, acho que mais pela raiz, pelo todo o envolvimento que a gente teve. Mas sou da pele morena, tenho cabelo com a raiz lisa, as pontas encaracoladas, grisalhos. Sou também pertencente a um coletivo de mulheres sobreviventes do cárcere, né, que é o coletivo “Por nós”, onde eu realmente consegui me descobrir como feminista, abolicionista penal, em cima das dores que eu comecei a presenciar, não só eu, meu corpo, mas o corpo das minhas manas que estavam junto comigo, passando por aquele lugar. Então, esse sonho da gente estar na luta, né, como na luta do encarceramento, na luta dos direitos humanos, na luta da sobrevivência, né, porque quando a gente fala sobrevivente, é realmente porque nós somos sobreviventes de várias lutas, e não é só do cárcere, né; mesmo saindo dele a gente continua nele. Mas, assim, eu também sou uma mulher nascida no interior de São Paulo, em Garça, mas vim para cá, para São Paulo, diretamente ali do Ribeirão Pires, que é uma região do ABC; sou filha também de trabalhador, meu pai era um marceneiro, e humilde também, aí nós morávamos no Paraná e viemos para a região do ABC. Hoje eu estou aqui na região Zona Leste da capital, Jardim São Roberto, São Paulo, onde fica a divisa com o ABC também, que é Santo André, onde é um território bem periférico, né. Também faço parte da liderança de grupo de moradia, moro dentro de uma ocupação, na luta de moradia também, onde eu faço do meu espaço um quarto para as manas, que, quando sai do sistema não tem onde ficar, né, podendo dar, pelo menos, esse conforto para elas poderem buscar e lutar pelos direitos.

Ellen: Certo. Meu nome é Helen, eu tenho 51 anos, tenho um filho de 26 anos que faz ciências sociais aí na Unicamp. Eu sou uma mulher branca, de olhos verdes. Atrás de mim tem a nossa luzinha, que eu sempre anoto os nossos compromissos para não esquecer os mais urgentes.

Em seguida, indiquei às entrevistadas que algumas questões já foram respondidas, mas agora que ficassem livres para contar suas histórias de vida para que me contassem como chegaram ao cárcere, sobre quais eram suas condições lá

dentro e quais são suas expectativas agora que estão livres. Enfim, que ficassem à vontade para relatar de maneira livre.

Batia: É louco isso porque são algumas fases da vida da gente: antes do cárcere e depois do cárcere. Quem passa pelo cárcere é sacrificado, então temos o antes e o depois do cárcere, principalmente a mulher brasileira ou a mulher de todo o mundo, a mulher que vive no regime patriarcal e capitalista. Eu sou filha de pais que eram primos. Meu pai nasceu no interior de São Paulo, mas minha mãe é de Salvador. Minha mãe conheceu meu pai na cidade de São Paulo, e assim eles casaram. Foram embora para o Paraná quando tiveram a primeira filha, e eu nasci em Arapongas. Fiquei nesta cidade até um ano e meio de idade, depois meus pais voltaram para a cidade de São Paulo, onde eu fui morar em Santo André. Cheguei a esta cidade com 4 anos de idade, e hoje moro na divisa de Santo André, em um bairro chamado Jardim São Roberto, que é zona leste da Pompéia de São Paulo e faz divisa com o ABC. Casei com 16 anos porque engravidei e fui obrigada a casar, perdendo minha virgindade e engravidando.

Nesta época, não tinha essa ideia de "ah, não vou casar". Vai casar sim. Então, fui obrigada a casar. Não tinha aquele amor louco, mas a gente se amou muito. Vivemos muito tempo juntos e descobrimos muitas coisas juntos. Ele era tão socialista quanto eu, tão abolicionista como eu. Um japonês. Nós tivemos 6 filhos e hoje temos 7 anos e 1 bisneto. Vivemos 20 anos juntos e fomos conectados no culto candomblé, nesta luta social de direitos, de resgatar nossa história da mulher e do homem preto, essa luta de pertencimento da nossa terra. Eu conheci o candomblé e, na verdade, não foi um conhecimento, foi uma reconexão. Me ligaram naquele lugar e percebi que era ali que eu pertencia. E lá estou há 31 anos no candomblé e meu ex-companheiro, há 28 anos. Eu sou lalorixá e ele, um Ogan. E a gente leva nossa casa de axé juntos porque a gente viveu essa vida muito louca desde que começou a ter um relacionamento aberto. Aí chegou a hora que a gente não era mais marido e mulher. Nós éramos mais irmãos do que casal. Então, a gente entendeu que nós tínhamos crescido ao ponto de cada um seguir seu caminho.

Após o casamento, a vida ficou muito difícil e eu sempre fui muito ativista dentro do PT. Meu marido foi trabalhar no sindicato dos químicos e eu também trabalhei. Juntos, elegemos Roberto Gouvêa, Eduardo Jorge e Adriano Diego. Também trabalhamos juntos na campanha de Paulo Olaso quando fizemos dobradinha com Vital, que era do PCdoB. Eu fui uma das organizadoras da

campanha da Luiza Erundina na região leste, sendo ela a primeira prefeita que elegemos pelo PT. Foi uma loucura porque enfrentamos muita pancada, apesar de ser uma mulher forte, mas infelizmente, naquele momento, ela estava muito carreirista. Tive o prazer de trabalhar muito, mas nada acontecia conosco. Sempre tivemos uma necessidade muito grande. Tivemos um filho atrás do outro, porque tive seis filhos, três meninas e três meninos. Chegou uma hora em que, quando tínhamos dois filhos, tínhamos amigos para nos buscar para ir aos espaços. Mas, quando chegamos a quatro filhos, já não tínhamos mais, porque tínhamos que ter um carro exclusivamente para minha família. Começamos a ser esquecidos porque não tínhamos carro e era mais difícil. Então, quando coisas aconteciam em nossa região, tínhamos como frequentar. Quando não, não tínhamos. Começamos a passar muita necessidade. Éramos marceneiros e tínhamos uma marcenaria chamada "Arte em Harmonia". Meu marido foi trabalhar em uma escola que, na época, pertencia ao finado Carlinhos Boccato, que era presidente dos sindicatos dos químicos e do Felipe, que era prefeito de Diadema. Ele foi dar aula de marcenaria para mudos e surdos, que foi o último trabalho social que fizemos juntos. Ele acabou escrevendo um programa que ainda é utilizado pelo Senai.

No entanto, a necessidade batia. Teve uma época que até fome a gente tava passando. Aí surgiu uma proposta de trabalhar com documentação 171 e nós fomos. Foi um momento de foda-se. O PT já estava no governo e nada na nossa vida tinha mudado, pelo contrário, era só cartas marcadas e a única coisa que a gente tinha feito mais de 13 anos era carregar pião. Então fomos para o 171, tanto eu quanto ele, e dali viajamos bastante. Eu saí de São Paulo e fui embora para Pernambuco, onde passei 10 anos. Percebemos que a gente tinha virado irmão. Eu voltei para São Paulo e ele continuou em Pernambuco. Quando eu cheguei em São Paulo, fui retomar algumas coisas que eu tinha deixado, principalmente minha casa de axé, porque eu tinha fechado a casa de axé e tinha levado meus santos tudo embora, porque eu não queria saber de ser mãe de santo nenhum. Mesmo quando iniciei no candomblé, a mãe de santo virou para mim e disse: "Seu caminho é ser devota". Se eu pudesse ter deixado tudo, eu saía correndo na hora lá, mas não tinha mais jeito. Já estava careca, pelada, descalça, sem documento (risos).

Eu sou filha de Mãe Stela, Maria Stela de Azevedo de Oxossi, Odé Kayode, a grande senhora. Minha mãe é imortal e deixou grandes ensinamentos de verdade, fortalecendo a gente a entender um pouco a nossa cabeça e ter caráter firme.

Mesmo fazendo coisas atrapalhadas na vida, como ir pro 171 ou sacanear o Estado, não era um desvio de caráter, mas sim uma troca do que o Estado dá pra gente.

Então, eu vim embora em 2007 e, quando cheguei aqui, minha irmã era super de boa e trabalhava em um banco, sendo gerente desse banco. Porém, ela ficou doente e, quando cheguei aqui, descobri que estava envolvida com drogas, o que me assustou bastante. Eu falei "nossa, virou bandida e tal", aquela coisa de irmão rir da cara do outro. Eu estava sossegada, porque havia me separado do meu marido e vim para São Paulo para realmente seguir meu caminho sacerdotal, sem me envolver com mais nada errado, pois já tinha dado minha cota e Oxum já estava exigindo, devido a um monte de situações que me levaram a ficar sossegada.

Mas minha irmã estava mexendo com o tráfico, o que me deixou ainda mais assustada. Eu não tinha o que falar da minha irmã e não tinha moral nenhuma para repreendê-la, uma vez que ela é mais velha do que eu. Porra, se eu, que sou mais nova, fiz um monte de palhaçada, quem sou eu? A única coisa que posso fazer é apoiar minha irmã e cuidar dela. Pensando que ia cuidar dela, ela pediu para eu jogar para ela. Ela disse: "Joga para mim, irmã", e explicou tudo o que estava acontecendo. Eu entrei nessa como sacerdotisa, jogando para ela e para as pessoas com quem ela estava trabalhando, orientando e tomando cuidado. É aquela coisa de achar que a gente tem o poder de tudo, mas somos apenas humanos e achamos que sabemos de tudo. Aí, eu fui enrolada nesse crime como cúmplice, porque me pegaram na gravação. Não tem nada, absolutamente nada, contra mim. Na gravação, não se ouve nada que diga "Batia levou" ou "pegou uma grama de cocaína" ou "Batia sabe que é cocaína porque eu não sei". Infelizmente, tenho o mesmo sobrenome, então eu estava lá e sabia o que estava acontecendo.

Meire: A minha ida pro sistema foi... eu falo que foi um deslize. Eu acho que a necessidade fala mais alto, sabe? A fome dos nossos, que está na nossa responsabilidade, chama no automático, né? Porque você é o pai, é a mãe, é a avó, você é tudo, né? Você é a mulher, o homem, enfim, você é a estaca da casa. Não tem como. Então, são várias pessoas dependendo de você. E eu sempre trabalhei, né? Como eu passei pra você, comecei a trabalhar com 11 para 12 anos de empregada doméstica. Casei muito cedo também. Eu acho que o que me levou a casar cedo foi exatamente essa situação de necessidade, de aperto, não que eu tivesse pais ruins, negligentes, não. Eu tive uma boa educação. Meus pais eram evangélicos, da congregação cristã. Então sempre procuraram dar uma ótima

educação pra gente. Mas trabalhavam muito e sempre foi muito difícil, né? Pessoa que é um trabalhador pra sustentar uma casa com filhos pequenos. Enfim, é muito difícil. E meu pai, ele fazia de tudo. Uma pessoa extremamente inteligente, mas assim, infelizmente não supria todas as necessidades que a gente precisava.

Eu sempre senti que minha família vivia como ciganos. Meu pai mudava constantemente de estado e de país. Nós nos mudávamos para uma casa e, depois, quando as coisas não davam certo, tínhamos que procurar outro lugar para morar. Na minha infância, nunca tive a sensação de estabilidade material, como ter uma casa fixa. Muitas vezes, morávamos em condições muito difíceis, até piores do que onde estou agora, mas nunca faltou amor. Eu não posso dizer que fui maltratado, pelo contrário. Comecei a trabalhar cedo e casei cedo. Na época em que ocorreu a situação comigo, eu era gerente operacional em uma instituição financeira, então minha vida era muito ativa. Claro que havia um lado negativo em tudo isso, especialmente devido às responsabilidades e envolvimento que eu tinha no trabalho. Morei no centro de São Paulo por 27 anos, na Barão de Limeira, próximo à Folha de São Paulo, em cima do antigo cinema São João."

Então, ali você acaba fazendo várias amizades, envolvimento pessoais e tudo mais. Eu sempre fui uma mulher solitária, né, então quem mandou na minha vida sempre fui eu. Eu nunca gostei de ser dominada por homem, sabe aquela coisa assim... Casava, não dava certo, porque eu tive a minha primeira experiência, que foi casar jovem. Não deu certo e dali para frente, nenhum outro relacionamento deu certo porque, na primeira vez, fui agredida e torturada por ele. Foram várias vezes. Então, a partir desse primeiro relacionamento, você também começa a se transformar. Eu sempre vivi nessa loucura. E quando aconteceu, eu acabei me envolvendo com drogas, entendeu? Aí comecei a... Quando chegava na sexta-feira, era envolvimento total com Deus e todo mundo. Nessa loucura toda da minha vida, que não era saudável, envolvendo alta sociedade e todas aquelas loucuras, acabei tendo um AVC dentro do banco em que eu trabalhava. Fiquei durante muitos anos bem debilitada, sem conseguir falar direito, com a minha boca travada. Passei por vários tratamentos de choque, mas fiquei bem debilitada mesmo.

Fiquei recebendo auxílio doença, entrei pela Caixa. E na época de 2005/2006, o INSS entrava em greve e suspendia todos os benefícios dos beneficiários do auxílio doença, aposentados e outros. Como mãe solo, tinha contas para pagar, como água, luz e alimentação. Já fazia alguns meses que estava com

dificuldades financeiras, sem água e luz em casa. Aí um cara que era meu cliente, mas a gente sabia da vida dele, que tinha um comércio disfarçado, mas a gente sabia o que ele fazia, chegou até mim. Uma pessoa ligou para ele para que ele entrasse em contato comigo, porque a pessoa mencionou o meu nome também, uma pessoa que eu conhecia. Aí ele veio falar comigo e disse: "A gente está precisando de escama de peixe, farinha, cocaína. É um trabalho que a gente está fazendo. Eu sei que você conhece, você também é usuário. Você não quer ganhar um dinheiro?" Eu não pensei duas vezes, não pensei, sabe? Falei: "Caraca, eu não precisava disso", mas eu não conseguia trabalhar. Meu braço não estava bem, eu ainda estava fazendo tratamento e não conseguia lidar direito com ele. Eu também não conseguia falar, essa parte eu acabei machucando todinha por dentro, totalmente debilitado.

Eu não pensei duas vezes, cara: "Pedir dinheiro emprestado para os outros... eu não vou". Eu não tinha como nem lavar banheiro, fazer nada. "Pedir esmola também não vou". Na época, eu morava no centro. Aí, quando aconteceu essa situação da minha prisão, eu morava no Tatuapé, próximo do shopping. Então, eu sempre dei uma vida bem confortável para os meus. O que eu não tinha tido, eu não deixava faltar para os meus. E aí, eu falei: "Eu não quero nem saber" e fui. Só que eles não quiseram se apresentar um ao outro, então eu comecei a fazer a ponte. Tipo, eles me faziam encomendas X, me davam dinheiro, fazia todo o processamento. E foi. Ver a quantidade que eu estava ganhando, eu achava que era muito. O trabalhador, quando ele vê um valor muito alto de dinheiro, ele não tem noção, ele não vai saber que vai custar caro, você entende? É onde eu vejo também a minha trajetória. E com certeza, tinham muitas mulheres como eu. Porque no momento em que você tem aquele salário, porque a mulher sempre foi, infelizmente, sabe, não tendo o valor realmente que ela tem a nível profissional, em todos os sentidos. A gente sabe disso, principalmente, não sendo branca legítima, então você não é valorizada. São poucas as mulheres que sempre lutaram pelos seus direitos também. Então, quando você vê um salário, não é nem salário, você vê uma quantidade de grana que eu peguei na mão e que deu para pagar todas as contas.

Eu estava com um monte de contas atrasadas, paguei todas elas e peguei meus filhos, meus netos e mandei dinheiro para minha mãe e meu pai. Peguei todos eles e fomos para o shopping, fizemos a maior festa. Infelizmente, a greve continuou e eu continuei sem receber. Ainda fiquei mais uns três, quatro meses "fazendo corre"

com ele. Mesmo depois que a greve acabou, eu continuei, mas já estava ciente de que quem está na chuva é para se molhar. Eu já sabia no que estava me envolvendo, mas também estava envolvida com uma pessoa do comando. O pior é que eu nunca imaginei que poderia acabar fazendo até pior do que a pessoa com quem eu estava envolvida, em termos de... Eu não sabia que o peso do que eu estava fazendo era mais pesado do que o peso do que fazia a pessoa com quem eu estava envolvida. E então eu caí e fui para o sistema porque confiei. O pessoal sempre me disse que a pior coisa é confiar demais, sabe... E a vida vai ensinando. Isso mexe muito com a mente da gente, sabe? Porque você começa a voltar ao passado... são as memórias... e a nossa mente é composta por memórias... Então você começa a voltar... tem coisas que você pensa que esqueceu e, de repente, elas vêm à tona, como se fosse uma cena... E você acaba se perdendo um pouco...

Micaela: Ellen, agora sua vez me conta a sua história de vida.

Ellen: Vamos lá. Eu fui usuária de cocaína desde os meus 17 anos, usava eventualmente nos finais de semana e, por brigas familiares e questões familiares, sou mãe solteira também. Aos 30 e poucos anos, eu comecei a fazer faculdade de direito e consumia, cheirava cocaína nos finais de semana. Porém, eu tive um problema muito sério com a minha mãe quando ela descobriu que eu fazia uso da cocaína. Ela tomou a guarda do meu filho e, posteriormente, me colocou para fora da minha casa e me proibiu de ver meu filho. A minha mãe trabalhava no Fórum João Mendes, então ela tinha muitos contatos. E o meu filho é a minha vida, sempre foi a minha base, ele é a minha estrutura, o meu porto seguro e como ela tirou meu filho, até hoje eu conto essa história várias e várias vezes, mas até hoje eu me emociono. Eu não tinha mais nada a perder, ficava na casa de um, na casa do outro, e comecei a cheirar frequentemente. Acabei perdendo meu emprego - eu fazia estágio na Philips - e no último ano da faculdade faltava apresentar as atividades extracurriculares e eu não consegui tirar o meu diploma. E assim acabei ficando em situação de rua porque num desses desesperos da vida, de ir nas biqueiras e não encontrar - não tinha cocaína na época - eu fui em três biqueiras e não tinha cocaína. Na terceira, no desespero total, perguntei o que tinha e me disseram que tinha crack. E aí eu comecei a fazer o uso do crack, me vici em crack e fiquei em situação de rua - ali em Cambuci, Glicério, Sé, Cracolândia, ali, naquela região - de 2011 até 2013 eu fiquei em situação de rua.

Em 2013, eu estava dentro de uma biqueira que era uma pensão, raspando meu cachimbo, porque eu não tinha nem dinheiro para comprar pedra. Eu estava sentada no chão, raspando o cachimbo quando o choque invadiu e me prendeu, porque todo mundo correu. E eu, na brisa do crack, continuei lá raspando meu cachimbo, porque sou usuária, né? Então, vou correr por quê? Só que onde eu estava era um barraco de madeira, e o teto estava cheio de droga, e acabei sendo presa por tráfico, porque os policiais queriam que eu cagueteasse o dono da droga. E não existe isso, né? Eu tenho família, eu tinha filho, era muito conhecida ali porque cresci naquele pedaço, então não ia colocar a vida da minha família em risco. Eu falava que a droga era minha e o cara falava, “meu, a gente sabe que você é usuária, a gente não quer você, a gente quer o dono da droga”. Eu falava, “mas eu sou a dona da droga” e acabei sendo presa. A primeira sentença foi de um ano e oito meses. Primeiro fui para Franco da Rocha, fiquei um ano e cinco meses lá e fui transferida para o semiaberto Butantã.

Nesse meio tempo, o Ministério Público recorreu para aumentar a pena, e a minha pena foi aumentada para cinco anos. Só que eu já estava lá no Butantã e, antes de ser publicado o aumento da pena, eu recebi meu alvará de soltura. Fui para a rua e fui procurar meu filho. Quando cheguei em Franco da Rocha, sofri demais com a abstinência, né? Foi muito difícil para mim. Num surto de abstinência, eu estava num corredor da penitenciária, a diretora estava passando, e eu surtei e pedi, pelo amor de Deus, por um tratamento contra a dependência. Agora, imagina o peso, né? De uma mulher branca, de olho verde, filha de uma funcionária pública do Fórum João Mendes, se suicidar lá dentro, né? E eu consegui o tratamento. Então, uma vez por mês, eu ia para o hospital penitenciário fazer o tratamento - passava pelo clínico, psicólogo e psiquiatra, e tomava oito comprimidos por dia. Então eu tirei esse período dentro da cadeia como um zumbi, né? Eu tomava três Rivotril por dia, três Sertralinas, fora o remédio da pressão, já que sou hipertensa. Mas o que mais me... bom, vou terminar e aí depois... Aí recebi meu alvará de soltura e fui procurar meu filho. Meu filho já estava na Unicamp, mas ele estava fazendo outro curso, né? E eu não pude entrar na minha casa. Minha mãe pediu para o porteiro me barrar na portaria. Então eu fiquei esperando meu filho na calçada da minha casa. E aí meu filho chegou, pegou na minha mão, eu falei para o meu filho, “filho, eu só preciso de uma chance porque se essa porta fechar para mim, só tem uma que está aberta” - que é a do crime, né? Que é o que a gente mais conhece dentro da cadeia. E aí ele

pegou na minha mão e falou, “não mãe, você vai entrar, a casa é tua, você vai ficar”. E ele só vinha para São Paulo nos finais de semana, então ia ser muito difícil, porque eu ia ficar só o final de semana com o meu filho ali. E a minha mãe estava morando no meu apartamento, então ia ser bem difícil, porque eu ia passar só o final de semana com meu filho. Então foi um período muito difícil para eu segurar a barra, com tanta humilhação, com tanto preconceito, com tanto julgamento da minha família ali, porque quando meu filho estava comigo, ninguém mexia comigo, entendeu? Então foi bem complicado. E o que eu fiz? Eu sabia, porque como eu tinha praticamente me formado em direito, eu sabia que iam me expedir o mandado de prisão e iam me procurar para me prender, para eu voltar para a penitenciária para cumprir o restante da pena, que tinha aumentado cinco anos - então eu tinha mais três anos e meio para cumprir. Eu comecei a ir uma vez por mês no Fórum da Barra Funda para me apresentar, e eles falavam, “não, a sua pena acabou”. E eu dizia “Não, minha pena aumentou para cinco anos, só que não foi publicada ainda, e eu quero um comprovante de que eu estou à disposição da Justiça e estou vindo aqui uma vez por mês me apresentar”. Então eu estava com domicílio fixo, comprovando trabalho registrado e comprovando que eu estava à disposição da Justiça. E eu fiquei entrando no site do Banco Nacional de Mandado de Prisão para verificar se tinham expedido o mandado de prisão. Depois de um ano expedir o mandado de prisão, o que eu fiz? Conversei com a minha supervisora da Atento, que até hoje é minha amiga, isso foi em 2015. Conversei com ela, ela me mandou de volta da Atento, e eu fui me apresentar na delegacia. Ah, antes disso, eu mesma fiz as minhas aulas extracurriculares, fiz a minha defesa para o reitor da Uninove - que eu tinha feito direito na Uninove em 2010. Então eu fiz a minha defesa, anexei todo o meu processo, todas as minhas idas no Cratod, que é um centro de referência de dependência química, que tem ali na Luz. Tudo relacionado à minha dependência química e à minha prisão, eu anexei, montei a minha defesa, mandei para o reitor da Uninove, porque eu já tinha perdido o prazo do diploma, então não tinha mais direito. Então eu falei, vou tentar a última cartada, e mandei essa defesa para o reitor, com as extracurriculares já anexadas, e ele deferiu e emitiu o meu diploma com a data de 2015, então hoje eu sou bacharel em direito. Hoje eu estou cursando pós-graduação em Penal e Processo Penal. Aí voltei, me apresentei na delegacia, a juíza considerou esse um ano que eu me apresentei na Barra Funda como pena cumprida, então em vez de ela me mandar para o fechado, ela me

mandou direto para o semiaberto, de volta para o Butantã, onde eu já tinha emprego. E aí eu fiquei mais um ano, um ano e meio mais ou menos, porque eu voltei em janeiro de 2016; aí fiquei um ano e saí no dia 18 de janeiro de 2017 para o regime aberto. Aí em 2018 eu terminei de assinar, extinguiu a punibilidade, acabou, arquivou o meu processo, graças a Deus. E o que aconteceu quando eu cheguei em Franco da Rocha em 2013? Eu cheguei com mais cinco ou seis companheiras, também dependentes químicas, usuárias de crack. E elas eram pretas, pobres, ali da periferia do centro, e só eu consegui o tratamento. Então você já começa aí a perceber..., mas eu era muito alienada, porque eu sempre tive muito privilégio na vida, então eu não tinha noção. Então hoje eu até agradeço a Deus por ter passado pelas ruas, passado pelo sistema, porque fez eu me tornar uma pessoa melhor. E graças a isso hoje eu estou no coletivo junto com a Batia, com a Meire, que são mulheres pretas, poderosíssimas, guerreiras, inteligentes, e elas que me acolheram quando eu saí. Eu conheci a Meire, que é a irmã da Batia, na cadeia. E quando eu saí, foi elas que me acolheram, e meu filho. E elas têm o meu filho como o filho delas, o meu filho ama elas, eu tenho até um certo ciúmes aqui. E o meu filho que me colocou na militância, porque meu filho conheceu elas e adorou. Ele fazia física na Unicamp. E aí quando eu saí, ele já estava quase terminando, ele falou, "mãe, não é isso que eu quero pra mim". E eu falei, "ah filho, então tranca a matrícula, presta o vestibular e tenta na área que você quer". Hoje ele faz ciências sociais e milita junto com a gente, entendeu? Na luta. Então, o crack é assim: ou é cadeia ou é caixão. Então eu tenho que agradecer muito a Deus mesmo, e ao meu filho e as minhas amigas, minhas irmãs de luta, porque se não fosse meu filho, eu não teria mais nada a perder. Então eu teria voltado pra rua, teria voltado pro crack, e a dependência química é uma luta diária. Então a gente vê essa seletividade penal, essa seletividade no sistema penal. A maioria das mulheres, a grande maioria, é mais que 80%, são pretas, pobres e periféricas. Então eu acabei, em Franco da Rocha, eu virei até disciplina de cela, porque quando eu comecei a fazer o tratamento, comecei a me centrar e a ver essas discrepâncias, esse racismo estrutural mesmo, entendeu? E comecei a entrar na frente, porque eu tinha voz, elas não. A polícia parava pra me ouvir, as carcereiras, paravam pra me ouvir, elas não, você entendeu? Porque, assim, eu passei a entender que fui presa porque eu estava na zona preta, entendeu? Eu estava na periferia, com pessoas pretas. Se eu estivesse com os playboys, com os meus antigos amigos, não teria sido, assim

como nunca fui; até porque eu cheirei desde os 17 anos, andei 20 anos com o carro sem documento, cheio de droga, nunca me pararam, entendeu? Então a gente passa a perceber. E pra mim foi muito assim, porque aquelas pessoas com quem eu convivia, inclusive a minha família, me abandonou. E quem que me acolheu? Foram as mulheres pretas, homossexuais, pobres, periféricas. Então aquilo me deu um estalo, né? Falei, “mano, que vida que eu levava”, entendeu? Hoje eu moro aqui no Sapopemba, periferia da Zona Leste, perto das minhas irmãs de luta, e feliz pra caramba, e tô na luta. E a gente fez uma fala na Ocupação Nova de Julho, tinha um monte de brancos, aí eu mudei até a fala, porque eu falei, “mano, eu preciso passar [a fala/o microfone], porque é muito fácil uma mulher branca de olho verde pegar o microfone, e não ter nada pra falar, e mesmo assim vão dar atenção pra ela”. Então já que eu tava com o microfone, eu falei assim, “meu, eu vou dirigir o meu discurso hoje pra esse povo branco que tá aqui. Vocês têm que entender que a gente tem que entrar na frente, a gente não pode admitir um ato de racismo”. Isso tudo eu aprendi da penitenciária, entendeu? Porque a gente tem sangue nas mãos. Foram os nossos ancestrais que sequestraram, escravizaram, torturaram, mataram, entendeu? E eu tenho vergonha de saber, de ter essa consciência, isso me envergonha demais - eu falando isso lá no Passo a Nove de Julho. E eu aprendi tudo isso no sistema penal, e trabalhando com a Batia, com a Meire, sobre racismo, homofobia, intolerância religiosa - que a Batia é babalorixá, né? - Então, é muito complicado, sabe? Aí você passa a ter uma visão melhor do que é a realidade desse país, entendeu? E a minha história é essa.

Micaela: Meire, está ótimo sua entrevista! Eu queria te fazer só mais duas perguntinhas: a sua escolaridade. Você estudou até que série, e se no espaço carcerário tinha a reeducação, se tinha oportunidade de terminar os estudos, e também acerca das possibilidades que tinham lá, para que a mulher pudesse sair de lá outra pessoa.

Maire: Não. Não, Mia, infelizmente não existia e não existe essa possibilidade, e cada vez, cada dia que passa tá pior, né. Aliás, eu acho que o que faltava era conhecimento e escurecimento das organizações e das pessoas, né. Como você, que é uma menina nova e já se interage, já tem essa preocupação, em de repente, fazer algum trabalho, desenvolver algum trabalho, pesquisa de poder ajudar em alguma mudança futura em relação ao sofrimento do cárcere. Eu acredito que esse é o tipo de pesquisa que você tá querendo fazer, não é? Ali dentro, somos

mulheres, né. Cada uma tem suas dificuldades, é muito difícil. Não só da mulher, sistema, cadeia, prisão, não é fácil nem pro homem, nem pra mulher e nem pro pré adolescente, pra ninguém, né. Porque ali você passa a ser um número, você deixa de ser um ser humano pra eles em nível de tratamento. Então, ali você é torturado. Você volta 1500 atrás, você sente no lombo, os quilombos, entende? O que eles passaram. Então, você, lá dentro, você começa a rever, sabe, buscar realmente na história, todo aquele sofrimento. Mas além de todo aquele sofrimento que eles passaram, dentro do sistema que não é diferente, é aquela falta de, realmente, humanidade, sabe, a falta de respeito ao próximo. Então, você parar e pensar é uma situação muito triste. Então, você vê o quanto que o povo da casa grande, o quanto que eles não mudaram nada, junto, infelizmente, com esse Estado que a gente vive também, né, que é bem estrutural, e isso acaba mais ainda com a gente. Lá dentro, nós temos dois caminhos. Ou você procura ser certo, buscar a tua melhora, buscar a vida, sabe; ou senão, você se entrega, e é o que acontece. Muitas não conseguem, de repente, tá conduzindo a própria vida ali dentro, porque a saúde mental é tão abalada, tão abalada, e a tortura é muito maior, né, porque além do caso da carceragem em si, a falta de alimentação é tudo. Saúde, então, né, porque sem alimentação você não tem força, então, no automático, você vai mexendo também com o teu organismo, que vai afetar a tua saúde mental, né, onde você vai ficar mais depressiva ainda, porque lá causa uma depressão imensa. Então, dentro de onde você tá, se tem droga, muitas delas acabam fazendo drogas e passando por muitos apuros, muitas vezes tendo que segurar, no caso, a droga do traficante lá dentro, né. Então, se você entrou ali porque você era uma dependente química, porque fumava uma maconha, porque você roubou um leite, uma fralda, sabe, no mercado, porque tava passando fome, porque era da periferia... Você é humilhada de ambas as partes, tanto dos grupos organizados, né, do poder organizado, tanto quanto do poder público, né, que é o Estado. Então, é muito difícil. Não posso generalizar também, tá? Tem algumas unidades que tem direito à escola, à educação, tem algumas, não todas. A maioria não tem, e tem umas que tem algumas empresas que prestam serviço dentro da unidade no fechado, tá? Então, elas têm direito de estar trabalhando, tendo direito à educação também, mas infelizmente tem muitas unidades que não tem trabalho, infelizmente muitas vezes não tem nem estudo, que é um direito, entendeu? Então, a nossa luta é em cima disso também, porque eu fiquei 10 anos, eu entrei em 2007 e saí em 2017, fez cinco anos que eu estou de

liberdade. Mas eu saí de lá, mas, né, a gente não sai da cadeia. Infelizmente, você sai da cadeia, mas ela não sai de você, porque não é só prisão física, né. Depois que a gente sai, também tem uma outra prisão, que eu classifico como uma prisão, que é a falta de você não ter o direito de poder votar, de você ser um cidadão; se você vai no mercado, compra um pão, ali tá, você pagou o imposto, não é verdade? Então, ali você pode ser um cidadão, mas para votar e para outros direitos você não tem, você fica bloqueado, você tem uma dívida, né, para penitenciário do Estado e essa dívida seria mais um tempo de pagar. Eu fui condenada a 20 anos de prisão e mais 5 mil dias de multas. Esses 5 mil dias de multa equivalente, se eu fosse ficar preso, seria mais 15 anos, né. Como esses dias de multa é convertido em valor, né, para reposição de benefício para as unidades, enfim, revertido em dinheiro hoje daria 350 mil. Você acha que eu tenho condições de pagar isso? Então você continua presa. Mas a minha luta também continua em relação a tudo isso, né. Mas é isso, então eu dentro ou fora, é assim, e é minha vida aqui.

Micaela: Muito obrigada por você abrir um pouquinho sua vida para mim, né, falo em nome de mim, mas também falo em nome da professora Lourdes, que me orientou nesta pesquisa. E é isso, só que você não tocou, numa segunda pergunta sobre a sua escolaridade.

Maire: Ah tá, então, você vai lembrando, vai lembrando, tem hora que a gente esquece. É memória, os anos também vão deixando a gente meio assim, né, é vivências, né, então a gente acaba, muitas vezes, esquecendo mesmo, então é bom você me lembrar sim, tá? Então, quando eu ganhei a liberdade, eu já tinha esse objetivo lá dentro. Quando eu estava em liberdade, ainda quando eu trabalhava na... quando eu trabalhava na tapeçaria chique, aqui no Tatuapé, numa casa de sapato chique mesmo, eu não sei nem como que tá hoje, eu sei que foi uma empresa que eu trabalhei, e lá eu comecei a fazer psicologia, e parei, tranquei a matrícula no segundo semestre. De lá para cá, não sabia de nada, né, não dava nem tempo também, trabalhava 24 por 48. E quando eu caí dentro do sistema, teve... eu estava no Butantan, teve a prova do Enem. Aí, eles chamaram algumas pessoas, eles olham no nosso prontuário, e vê aquelas que na qual tá dentro do que eles estão pedindo para tá fazendo a prova do Enem. Para eliminar matéria, essas coisas assim. E eles me chamaram: "Olha, Mari, você tá inserida dentro desse processo da prova do Enem, aqui na unidade, você quer fazer?", Eu falei: "Nossa, demorou, né?". Aí eu fiz, passei, e aí, a diretora me chamou, da educação, que tinha educação ali no

Butantan, que era o semi aberto, ela me chamou e falou: “Mari, você ficou em oitavo lugar, então, caso você não venha ganhar a liberdade, você pode fazer três disciplinas”. Então, eu iria sair da unidade, do semi aberto, eu iria para a faculdade e voltaria para a unidade, entendeu? Então, ela falou: “Caso você não ganhe a sua liberdade, o ano que vem...”. Isso acho que foi em maio... Não, a gente fez no final do ano porque eles tinham me chamado na Secretaria da Educação para estar falando isso para mim. E eu ganhei minha liberdade em junho de 2017. E enfim, eu falei: “Eu saí, mas vou continuar aqui fora”. Aí eu fui na Secretaria da Educação, na Praça da República, enfim, fiz todo o processo direitinho e fui correr atrás, né. Você sai assim de lá... depois de 10 anos você sai de lá com tanta vontade de resgate... de resgatar a vida... porque a prioridade para mim era resgatar o carinho e a atenção dos meus filhos. Porque realmente depois de 10 anos você perde muita coisa. Quando eu voltei para a rua, minha filha estava grávida e a minha filha está grávida do meu neto, do João, o caçula. Então, assim, ela passou a primeira gravidez da Samira, que tem 20 anos, e foi muito difícil, né, o primeiro parto dela. Ela morava em Recife e eu fui para lá acompanhar, como da minha primeira filha também. Eu sou muito assim, eu acho que eu sou muito mãe.

Micaela: É isso, fechamos... fechamos mesmo. É isso. Se você quiser também, queria que você deixasse uma palavra, uma frase, o que você quiser... Um poema, em relação ao que é ser uma mulher sobrevivente do cárcere, que trabalhou a vida inteira, que no momento difícil e no momento de dificuldade, teve uma oportunidade e escolheu estar naquela oportunidade, e que enfrentou e batalhou como você enfrentou... a Batia foi dos poemas.

Meire: É... ela gosta. Ela é filósofa, eu não. A Batia é demais. Eu falei para ela assim: “Olha, você é igual ao pai”. Sabe, eu tenho uma coisa assim, “ah... ninguém puxou ninguém”, mas tem algumas coisas que já estão dentro do... sabe... estão contidas já dentro das ancestrais. Meu pai tinha o hábito de escrever, ele era incrível, comprou uma máquina de escrever, e ele tinha dificuldade com o português, mas ele comprou uma máquina de escrever e toda noite, antes de dormir, ele ficava lá. E nesse final de ano, para mim, foi muito especial, porque eu achei as escritas do meu pai. Meu pai já morreu há mais de 15 anos, e eu nunca imaginei que eu ia achar, eu tinha aquela lembrança tão vaga das coisas que o meu pai. E quando eu peguei as folhas... aquilo me emocionou demais. Então vêm muitas coisas na minha mente, e eu falo para você, eu sei que o meu pai... quando eu fui privada da

liberdade, o meu pai já não estava mais pertencente a esse território, mas com certeza ele viu, ele estava do outro lado de lá... mas a minha mãe não. Mas aí quando eu comecei a pensar... Depois de passar pelo sistema carcerário e estar aqui no mundão, mais me sentindo dentro de um semi-aberto, para mim foi tortura, sofrimento; porém, muito aprendizado... muito aprendizado. E os nossos caminhos sempre já estão preparados. Então eu agradeço, agradeço a todos, os meus filhos principalmente, a minha família no todo que confiou em mim. E quando eu lembro da feição da minha filha que estava presa comigo, da minha irmã, que eu tenho como uma filha também, afinal de contas eu sou sete anos mais velha do que ela, então eu tive o privilégio de pegar no colo, de cuidar... então é minha filha também. E você está dentro do sistema... praticamente com duas filhas, aí você imagina... a angústia... o sofrimento delas... refletia na minha angústia aqui fora. E hoje, eu vejo assim, eu me sinto muito segura. Por mais que foi sofrimento para mim, o que eu tive foi experiência, me encontrar na mulher que eu sou e na mulher que eu quero. Fazer de muitas mulheres ter o meu pensamento, e se valorizar, se amar, amar realmente o próximo, de verdade, como a si mesmo. Eu não sei se você conhece aquela... Ubuntu... Ubuntu. E é isso, Ubuntu para a gente.

Micaela: Sou porque nós somos.

Meire: Isso. É uma filosofia. E eu sou essa filosofia como você é. Tá, meu amor?

Micaela: Muito pra gente. Muito obrigada, Mari... Foi.

Meire: Pode me chamar de Meire, que é assim que meus pais me chamavam. E é muito gozado, porque assim, ele me confundia muito com a Batia, e ela nasceu no mesmo dia que eu. E assim, foi ele que fez o meu parto, a gente morava na roça, então ele fez o meu parto, e quando ele foi me registrar, o escrivão falou assim para ele: "Seu José, coloca Mary, é americano, é estrangeiro." Aí ele falou assim: "Mary é a mesma coisa de Meire, é só no papel que está escrito Mary". Mas ele nunca me chamou de Mary. Eu fui ter esse negócio de o pessoal me chamar de Mary no banco, mas mesmo no banco, eu falava pro pessoal me chamar de Meire, porque eu acho que é por carinho e respeito, e em homenagem à escolha que eles fizeram; então é por isso que eu peço: me chama de Meire.

Micaela: Helen também foi muito bom, muito bom te ouvir. São os percalços, mas é muito bom te ouvir, viu? Olha, agora eu vou fazer algumas perguntinhas que é mais para entender qual é a sua visão, e também como representante do *Por Nós*,

em relação ao encarceramento no Brasil. Eu queria que você falasse primeiro para mim duas coisas. Por que se encarceram tantas pessoas no Brasil? E basicamente a formação do encarceramento feminino é por envolvimento no tráfico de drogas. Por que você acha que as mulheres têm cada vez mais procurado esse tipo de comércio?

Ellen: Eu vou falar mais assim do sistema judiciário, né? Porque eu sou da área do direito. Então, assim, no Brasil, Mia, é a elite que elege os representantes para o Congresso Nacional. A gente teve uma vitória aí agora, entendeu? Se bem que o meu voto no Lula foi com muitas críticas e ressalvas, porque durante o governo do PT até 2014, teve um aumento de mais de 500% do encarceramento feminino. Mas era necessário tirar o Bolsonaro, e o Lula foi realmente um excelente presidente para a classe trabalhadora, mas eu tenho muitas críticas em relação ao PT. E aí, tudo bem, votei nele, mas agora a gente vai para cima para cobrar. Então, assim, mas é a elite que sempre elegeu o Congresso Nacional. Essa elite é responsável pelo critério de seletividade no sistema, porque, assim, quem vai legislar contra si mesmo? Não, né? Então, isso traduz quem sofre com esse processo de estagnação são as classes subalternas mesmo, né? As classes superiores etiquetam as inferiores, fazem a opressão de uns e imunizam os outros. O direito penal, é uma ferramenta de controle social, você entendeu? E, assim, eles não estão prendendo os grandes traficantes. Você viu lá o cara do avião da FAB, lá no cartão corporativo do Bolsonaro, né? - aquele cheio de cocaína. Eles não prendem os grandes traficantes, eles estão prendendo o usuário, as pessoas que estão ali no varejo do tráfico, entendeu? E a maioria das pessoas sequer estão relacionadas ao tráfico, você entendeu? Às vezes está ali só no lugar errado, na hora errada, e acaba sendo presa. Uma das medidas, é assim, o coletivo luta por nós, luta pelo desencarceramento. Nós somos abolicionistas penais e também lutamos pela descriminalização das drogas, porque é isso que gera o encarceramento em massa, você entendeu? A mulher, Mia, vou te explicar pela minha experiência dentro da cadeia, ela é presa por dois motivos, ou pelo amor ou pela dor, você entendeu? Ou ela está ali naquela dependência química, que é uma dor, entendeu? Que está ali, e acaba se envolvendo, sendo levada por esse meio de drogas. Ou ela foi presa por amor, porque o marido está envolvido, ou porque o marido foi preso e quer que ela leve droga para dentro da cadeia. O que eu mais conheci na cadeia foi uma mulher que caiu na portaria com droga intocada para levar para o marido. Você entendeu? E

a maioria é pobre, preta, periférica, que a gente costuma chamar de três P's: preta, pobre e periférica. Entendeu? É engraçado... não, é triste, é lamentável, porque a maioria das mulheres que estão presas por amor, são abandonadas pela família, pelo companheiro, pelo Estado, pela sociedade, elas são esquecidas, elas ficam totalmente invisíveis.

Micaela: Muito bom. Se você quiser continuar falando, eu queria também, só para introduzir, eu queria que você falasse um pouco dessa relação da luta contra o sistema prisional com relação ao feminismo. Sei que vocês são um coletivo de mulheres, e não tem como hoje a gente falar de mulheres sem falar da luta das mulheres, falar sobre o feminismo. E como vocês se colocam nesse debate que é tão esvaziado dentro do movimento feminista, porque basicamente a gente não fala dentro do movimento feminista de mulheres que encarceradas. A gente tem, às vezes, o foco mais na violência doméstica, mas na relação de mulheres que estão encarceradas, às vezes, falta.

Ellen: Você sabe que hoje em dia nós temos bastante movimentos feministas trabalhando e lutando pelo desencarceramento. Tanto é que a gente tem uma parceria muito forte com a RENFA - que é a Rede Nacional Feminista Antiproibicionista. Nós temos até um grupo de WhatsApp, inclusive teve o evento da saidinha agora de dezembro, na Penitenciária

Feminina da Capital, aqui em Santana, e elas colaboraram tanto financeiramente como mão de obra, estávamos todas juntas lá na porta da cadeia, e a Bátia faz parte da RENFA também, entendeu? E eu não sei se você já ouviu falar de uma escritora, ela chama Vilma Piedade. Ela é maravilhosa, a Bell Hooks até citou ela uma vez, tem um livro da Vilma que o título, é muito interessante, é Sororidade, que é uma mulher reconhecendo a dor da outra. E na penitenciária, como uma tem que cuidar da outra - por falta de saúde, de medicação, atendimento - uma cuida da outra realmente, uma protege a outra. Na cadeia a gente fala que uma cuida das costas da outra, então isso é sororidade. Nós nos chamamos dentro da cadeia por companheiras, porque é companheira por sofrimento, entendeu? Então é ali que é plantada a sementinha do feminismo dentro da gente. Você entendeu? Não tem como ter essa sororidade, não tem como você reconhecer e sentir a dor da sua companheira. Eu lembro que quando eu estava em Franco da Rocha, acho que era o terceiro mês, foi quando eu reconheci essa união, essa força das mulheres. Estava tendo uma briga, duas presas estavam lutando, e uma delas

tirou sangue da outra. Só que eu estava na capa, que é a grade que dá para fora, que dá para a polícia, que tem um pátio grande, aí é como se fosse a grade, que sai para o corredor da polícia. E eu estava sentada olhando a briga, e a que estava errada veio correndo para a grade, grudou e começou a pedir socorro. Quando o diretor entrou, que ia abrir a grade, ela olhou para mim e falou assim, ela está querendo me matar; e o diretor olhou para mim - e eu bem louca de remédio -, enfim, ele olhou para mim e já estava abrindo o cadeado para me pegar, achando que era eu, e eu só estava... Quando eu vi aquilo, eu falei assim, “não, eu não estava nem envolvida, mas já que eu vou para o pote, eu vou te arregaçar”, e grudei essa mulher. No que eu peguei ela, todas as companheiras que estavam no pátio aglomeraram para configurar linchamento e não ter como me responsabilizarem. Entendeu? E aí não teria cela de castigo para um raio inteiro. Você entendeu? Então foi aquilo... E é uma coisa que não foi planejado, não foi falado, simplesmente olharam e agiram. Você entendeu? Então, eu me arrepio, isso foi em 2014, são nove anos, e eu não esqueço, eu vejo a cena, e ali eu vi, eu falei, “porra, eu não estou sozinha, eu não estou sozinha”.

Então o feminismo se torna muito importante, a gente aprende dentro da cadeia, o quanto é importante essa rede, ‘ninguém larga a mão de ninguém’, você entendeu? E a nossa luta pelo desencarceramento é exatamente para tirar as nossas companheiras daquele lugar. Por quê? Essa dita ‘ressocialização’ só está gerando violência, entendeu? Está virando um ciclo, porque ela gera violência, ela gera reincidência, a mana sai da cadeia, a mana reincide, a mana volta para a cadeia, você entendeu? Porque hoje eu estou aqui falando com você porque tive o acolhimento das minhas irmãs, das minhas manas da cadeia. Não foi o Estado, não foi nenhum plano de governo, para egresso; muito pelo contrário, se não fosse meu filho e as minhas manas, eu teria voltado para as ruas, eu teria voltado para a cadeia, entendeu? Então, esse sistema de ressocialização não serve. Então, a gente vai para a porta das cadeias femininas para falar para as meninas, “olha, nós estamos aqui por vocês, a gente já esteve aí dentro, e hoje a gente está aqui, entendeu? E a gente não vai permitir que quando você saia, você reincida. A gente vai segurar a tua mão, a gente vai te empoderar e você vai voltar para a sociedade”. E a sociedade não dá espaço para a gente, entendeu? Não dá. Quando eu falo gente, eu falo... As pessoas olham para mim e não acreditam que eu fui moradora de rua e que sou ex-presidiária, entendeu? Então, quem não tem espaço? São as

minhas irmãs pretas, pobres, periféricas, que têm muito mais conhecimento que eu, que têm muito mais cultura que eu, mas eu tenho voz. Você entendeu como que é esse racismo? É foda. Então, eu tenho que estar... A Bátia falou comigo ontem, falou assim, “essa luta é muito difícil, ela adocece a gente, e você não pode se dar 200%”. Então, porque semana passada eu dei uma surtada, por isso que a gente não conseguiu conversar, né? Porque a gente surta mesmo, assim. Então, a gente tem que tirar o pé do frio e tem que meio que dar uma isolada, uma meditada, né? E é isso, sabe, Mia? E a gente vai... E acolhe mesmo, entendeu? A gente não pode deixar o Estado vencer. A nossa luta é difícil, mas ela tem que existir. A gente não pode desistir.

Micaela: Para encerrar, para fechar mesmo, como você acha que a gente pode mudar o sistema de justiça criminal no Brasil? Quais são os caminhos de lutas que vocês aí do Por Nós enxergam para mudar radicalmente essa realidade?

Ellen: Essa pergunta é difícil, hein, Mia? Olha, inclusive semana passada eu dei uma surtada e eu conversando com a Bátia, eu falei, “Bátia, eu estou com a impressão que a gente está enxugando gelo”, como diz a polícia, né? Porque quanto mais a gente luta, grita, manifesta e denuncia, nada muda, sabe? E parece que nada muda. E a Bátia é uma pessoa muito sábia, né? Eu me arrepio de falar dela. Ela falou assim, “Ellen, demora, mas muda. Veja a história, veja a história. Dá uma olhada. Pouco tempo, não faz muito tempo, meus ancestrais estavam como... Eles nunca deixaram de lutar. A gente não pode deixar de lutar. É difícil, mas vai”. E aí eu fiquei pensando nisso, fui rever a história, né? Inclusive tem um ponto que eu aprendi que eu falei, “nossa, mano, é verdade, né?”, se você ver, hoje eu sou educadora no espaço Memória Carandiru - está convidada para conhecer, tá? É lá no Parque da Juventude - e lá tem umas fotos das antigas penitenciárias, antes de 1911, que era realmente uma ressocialização. Só que se você vê as fotos, só tem branco porque os pretos, eles executavam, e os brancos iam para a verdadeira ressocialização - eles iam estudar, eles iam aprender um ofício - isso aqui no Brasil, em 1900 e nada. Então, o que acontece? Depois, quando entrou a ditadura, as penitenciárias deixaram de ser ressocializadas para serem punidas. Entendeu? E isso persiste até hoje, mesmo sem a ditadura continuar sendo punitiva. E a punição... E a violência gera a incidência, entendeu? Então, o que a gente pode fazer? O mínimo que a gente pode fazer é ir na porta das cadeias, é segurar no braço das nossas companheiras e falar assim, “nós estamos aqui por você, quando

“você sair daí, procura a gente”, que é o que a gente faz nas saidinhas, panfletinho com todos os nossos dados, “procura a gente, que a gente vai levar você para um acompanhamento psicológico, para um acompanhamento judiciário, capacitação, para você se reinserir no mercado de trabalho novamente”, inclusive, agora a gente está tentando ter uma reunião marcada com a ATENTO, para fechar uma parceria aí, para eles darem curso de capacitação. Muito bacana. E a nossa luta é essa. Porque se a gente, cada uma, uma que a gente tire das ruas, tire do crime, evite que ela reincida, a gente está vencendo o sistema, entendeu? Uma que a gente consiga empoderar, e vir trabalhar com a gente, porque você sabe que o coletivo é formado só de egressos, e egressas. Então, cada uma de nós, é uma vitória contra o sistema e esse é o caminho que eu, no meu ponto de vista, acho que é o mais eficaz. A gente se manifesta, a gente grita, a gente vai para a porta das penitenciárias, a gente faz denúncias, fica na OAB, bate panela, você entendeu? Só que o fato de você salvar as companheiras, uma por uma, das mãos do sistema, já é uma grande vitória. E aí a gente vai conseguir provar, falar, “olha, está vendo? A sua merda aí de ressocialização não serve para porra nenhuma. É assim que se faz, ó”. Entendeu? Tem que ter uma responsabilização pelos crimes? Tem, só que não dessa forma.

Micaela: Muito bom conversar com vocês. Muito bom mesmo. Muito obrigada. Falo em meu nome, mas também falo em nome da professora Lourdes, que é a minha orientadora nesta pesquisa de TCC. Agradeço tanto à você, quanto à Batia, quanto a Meire por falar comigo. São histórias, enfim, que deixam a gente assim, “meu Deus, o sistema de justiça criminal é realmente uma coisa muito louca”. É claro que a gente, dentro da ciência, tem toda a tendência da gente se manter neutro em relação às questões, mas, ao mesmo tempo, a gente parte de um lugar.

É isso, muito obrigada mesmo mulheres!!

5 GEOGRAFIA E A IMPORTÂNCIA DE UMA GEOGRAFIA PLURAL

A ciência geográfica se propõe a ser neutra, objetiva e racional, mas, o que de fato acontece é o privilégio de aspectos visíveis do espaço. Como a maioria dos grandes gênios da ciência, os do espaço-terra também são homens, fazendo com que os geógrafos acabem se apegando a esses aspectos, atingindo não só a geografia tradicional, mas também a perspectiva economicista da geografia marxista, que relegou as mulheres à uma invisibilidade no processo de produção do espaço. Isso resultou em uma visão masculina dele, uma vez que a geografia tradicional e a perspectiva economicista da geografia marxista privilegiaram os agentes da paisagem hegemônicos, tornando as mulheres ainda mais invisíveis nesse processo (SÍLVIA, 2009; MARRONE, 2018).

Contudo, a história da geografia oficial da geografia não é feita só por homens. Em seu trabalho individual de curso, Gabriella Agneide Marroque (2018), aborda como as mulheres construíram as ciências geográficas e por vezes tiveram seu reconhecimento negado na história da geografia. O apontamento que a geografia tem uma historiografia masculina é feita, excluindo também outras minorias étnicas (MARRONE, 2018; ZELINSKY, 1973; DOMOSH, 1991), as quais reivindicam o sujeito universal como do gênero masculino e branco, enquanto o sujeito masculino é afirmado (JOHNSON, 1985). Marroque afirma que quem denunciou a falta de mulheres na ciência geográfica pela primeira vez foi Wilbur Zelinsky, em 1973, no entanto, observa-se que os primeiros trabalhos feministas foram feitos por Pat Burnett (1973) e Alison Hayford (1974). Contudo, quem ouviu falar dessas mulheres? Os seus trabalhos nem sequer são citados na geografia na história do pensamento geográfico, seja por docentes ou pesquisadores.

A culpa em si não é da geografia ou das pessoas individualmente, mas de toda uma “estrutura sexista”, que opta pela invisibilidade dos sujeitos na construção científica, sustentada pelo discurso iluminista de objetividade, racionalidade e neutralidade científica. Segundo MARRONE (2018), ZELINSKY (1973) aponta três razões inter-relacionadas para a existência das oportunidades diferentes: a primeira é que há pouco na natureza intrínseca do campo de estudo da Geografia ligado aos papéis tradicionais associados, de forma arbitrária, às mulheres (ZELINSKY, 1973b, p. 104).

A segunda e a terceira razões são desdobramentos da primeira. São elas: a tradição histórica ainda fortemente existente de atividades viris como exploração, trabalho de campo geológico/geomorfológico, escalada de montanhas e outras atividades físicas árduas, ou seja, os papéis de gênero artificiais, aqui associados aos homens o que, conseqüentemente, exclui as mulheres dessas atividades e suas representações que acabam se tornando comportamentos generificados; e, finalmente, a sugestão de que há uma imagem popular do campo de estudo que é apresentada à população em geral, com apelo muito distinto para os dois sexos (ZELINSKY, 1973b, p. 104), novamente sendo os papéis de gênero associados a comportamentos e gostos que não existiriam senão pela diferença de socialização e do tratamento da sociedade para com meninos e meninas, homens e mulheres (RUBIN, 1993; MARRONE, 2018, 24).

Marrone (2018) nota que, infelizmente, a geografia tem pouco debate em relação à teoria feminista. Esse fato foi observado há 40 anos por Bowlby, Foord e Mackenzie, em 1982, citados por MARRONE (2018). Ainda hoje, essa afirmação é verdadeira, especialmente no que se refere à produção geográfica no Brasil (SILVA, 2009; NABOZNY; ORNAT, 2010; CESAR, 2015; SILVA; PINTO, 2016; SILVA; CESAR; PINTO, 2015). A geografia é uma das últimas disciplinas das ciências humanas que apresenta uma conexão coerente entre a teoria e a prática com o debate teórico feminista. Embora haja avanços lentos em reconhecer a teoria feminista como uma parte integral da luta política (MARRONE, 2018, p. 45).

Não se trata apenas de representatividade ou reconhecimento de que há uma questão de gênero a ser discutida, mas sim de um reconhecimento verdadeiro de que a teoria feminista deve ser parte fundamental e indispensável da disciplina. Ou seja, não é um anexo, como se dissesse "aqui está a teoria das mulheres". Essa teoria deve ter seus padrões respeitados de forma séria e assídua em todas as áreas de investigação científica dentro do campo geográfico, para que esse campo se torne cada vez mais complexo, estabelecendo relações significativas com a sociedade e auxiliando para que ela se torne cada vez mais justa para todos os seus participantes, imaginando até mesmo normas e formas de existência (MARRONE, 2018). Isto é, uma geografia que reconhece as simetrias de gênero, raça, classe, - etc., como parte estruturante da realidade social em todas as suas esferas.

Uma perspectiva feminista da geografia exige pensar o espaço não apenas como um elemento na construção de riqueza e política institucional, mas também

como um espaço vivido no cotidiano. Por isso, as análises feministas são importantes para abrir possibilidades de novas abordagens metodológicas, que surgem como uma forma de analisar processos diferentes, diversos e simultâneos abalando as noções de progresso, desenvolvimento e evolução (SILVA, 2009). Essas abordagens trazem à tona os limites da produção do conhecimento geográfico através dos conceitos da modernidade, destacando a importância de reconhecer e valorizar as perspectivas e experiências das mulheres na construção de um conhecimento mais inclusivo e diverso.

No entanto, é preciso alertar que não se pode perder de vista a complexidade que abarca a realidade dos sujeitos. As experiências não vagam no ar como se fosse um organismo separado, que não tem conectividade com sociedade capitalista. A realidade capitalista molda a realidade dos sujeitos. Isso não quer dizer que, se acabarmos com o capitalismo, automaticamente teremos uma sociedade antirracista e antissexista, mas, a luta contra o capital se mantém como algo primordial para uma sociedade igualitária que diz respeito aos 99%, as quais em grande parte são mulheres.

Infelizmente, como já foi apontado, a geografia crítica marxista, a qual houve infusão de teorias que visam e têm a emancipação da sociedade em sua agenda, ainda possui uma notável ausência do debate de gênero, desde do final dos anos 1960. É essencial que seja de interesse do campo de produção de conhecimento crítico e revolucionário que a mulher e as relações de gênero sejam estudadas em sua plenitude, pois não se trata de um estudo da categoria “mulher”, isento de suas relações com as demais pessoas da sociedade, mas sim um estudo das formas como a sociedade se comporta no fazer das relações interpessoais, quando o gênero é mediador dessas relações (MARRONE, 2018).

Como aborda (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 94), as relações de classe e de gênero são, afinal, “relações estruturantes e fundamentais da sociedade em oposição a outras relações (professor/aluno, médico/paciente, jovens/velhos) que são relações contingentes”, por isso, é importante levar a sério que a classe trabalhadora tem dois sexos (HIRATA; KERGOAT, 1994, MARROQUE, 2018). Ou seja, as relações de classe são sexuadas (MARRONE, 2018). Isto é, a necessidade de conceitualizar a noção de classe operária sexuada, com sua proposição recíproca, as relações de sexo são atravessadas por pontos de vista de classe, elas são ‘classistas’.” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 95-96).

Marxistas feministas têm apontado como é necessário repensar o marxismo e feminismo no centro das “lutas de classes”. As questões da divisão forjadas pelo capitalismo no interior do proletariado mundial tem início nas discriminações sexual e racial, temas ausentes na obra de Marx (FEDERICI, 2021). No entanto, como relembra (FEDERICI, 2021) em seus escritos e intervenções na primeira internacional comunista, Marx denunciou tanto as relações patriarcais, quanto o racismo, contudo, não houve uma obra na qual se analisa as funções e diferentes regimes laborais e hierárquicos, criados pelo capitalismo ao longo da história, com base nas relações de gênero e raciais.

Angela Davis, filósofa e feminista negra marxista aponta que: “o racismo é um fenômeno complexo, a qual existe elementos estruturais bastante importantes, e que no geral esses elementos não levados em consideração quando se discute o seu fim, aponta ainda, que há impacto na psique, a qual é aí que entra a persistência dos estereótipos” (DAVIS, 2018). Ainda para Davis (2018), os modos de como, ao longo do período de décadas e séculos, as pessoas negras foram retratadas, de forma desumanizada, num caráter político a qual é retratada na mídia e outras formas de comunicação, entra em jogo as interações pessoais, igualando as pessoas negras a criminosos. Para ela, a questão é: “por que até agora não houve um esforço sério para compreender o impacto do racismo na instituição e nas atitudes individuais?” (Davis, 2018, 43).

Davis (2018) tem uma abordagem importante ao analisar como o racismo tem impacto estrutural e nas instituições, na necessidade de reconhecer a perpetuação dos estereótipos que são criados, bem como as outras formas de desigualdades sociais. Ou seja, a necessidade de entender o racismo nas suas dimensões estruturais e instituições e também nas atitudes individuais. No entanto, a feminista negra brasileira Lelia González (1979) também tem um apontamento estrutural do machismo e racismo, abarcando os processos individuais, sem deixar cair no economicismo da questão, que a faz apontar que o marxismo ortodoxo tem a tendência de diluir a categoria “raça” numa temática econômica, simplificando como “uma vez que discriminação racial não passa de um instrumento manipulado pelo capitalismo que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o proletariado. A solução então seria a aliança de trabalhadores de todas as raças.” No entanto, González afirma que este argumento é frágil.

O artigo em questão se chama “Cultura, Etnicidade e Trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra”, que verificou de uma maneira, como gênero e etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentalmente pertencem exatamente as mulheres e à população negra.” Nesta, análise, ela tenta escapar da maioria do posicionamento teórico que tende das “astúcias da razão ocidental” da época, que buscava explicar a situação de cor (negros e mulatos) no Brasil, à medida em que as situações política e econômica se traduzem numa participação mínima dos negros nos processos políticos, econômicos e culturais.

Segundo Gonzalez (1979), a separação e/ou divisão entre grupos, ou classes sociais que possuem interesses, valores ou características diferentes, são, muitas vezes, opostos ou conflitantes. Há uma diferença entre o operário “afrikaaner” e o operário negro da África do Sul, e ainda temos a realidade da classe operária brasileira, da qual ela alega que a maioria da população negra não alcançou a situação força de trabalho relativo ao capitalismo industrial competitivo. Segundo ela, há aqueles que defendem que os grupos racialmente subordinados internalizam o processo de colonização. A partir do processo da ideologia do branqueamento se constituiu um pano de fundo dos discursos que exaltam a miscigenação como expressão mais bem acabada da nossa “democracia racial” (GONZALEZ, 1979).

Buscando análise mais objetiva das relações raciais no Brasil, (Gonzalez, 1979, p. 64) argumenta que o racismo no Brasil enquanto construção ideológica, e mais um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço no pós-escravatura, na medida que beneficiou e beneficia determinados interesses. Assim, a autora, indicando a proposição de Hasenbalg, apoiada na distinção da reprodução ampliada das classes sociais, onde o aspecto principal é de um lado o da reprodução dos lugares de classe e, de outro lado, o aspecto subordinado, o da reprodução dos atores e sua distribuição entre estes lugares, GONZALEZ, 1964, *apud* POULANTZAS, 1975, p. 30-31) reivindica a perspectiva:

“Gostaria de propor aqui a perspectiva segundo a qual a raça, como atributo socialmente elaborado, relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação – qualificação – submissão) e distribuição dos agentes. Isto obviamente implica em que as minorias

raciais não estão excluídas da estrutura de classes das sociedades multirraciais onde as relações de produção capitalista – ou outras relações, se for o caso – são as dominantes. Mais ainda, o racismo, como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (isto é, discriminação racial), é um dos principais determinantes da posição dos negros e não-brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se numa parte de estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a produção da divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito (GONZALEZ, 1979, p. 64 *apud* Hasenbalg, 1978, p.101-102).

Nesse sentido, o racismo, enquanto uma articulação ideológica e um conjunto de práticas, expressa sua eficácia estrutural na medida que produz uma divisão racial e/ou sexual do trabalho, compartilhada por todas as formações socioeconômicas capitalistas multirraciais (GONZALEZ, 1979). Ou seja, no momento em questão, os negros constituem a maior parcela do exército industrial de reserva. No Brasil, a população negra historicamente enfrenta discriminação e desigualdades nas diversas áreas sociais, em diversas áreas, inclusive no mercado de trabalho (GONZALEZ, 1979). Apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda é possível identificar situações em que a população negra pode estar mais vulnerável a ocupar posições precárias no mercado de trabalho, como empregos informais, temporários ou com baixa remuneração. No entanto, é importante ressaltar que a situação da população negra é complexa e não pode ser generalizada, já que existem diferenças significativas dentro dessa população em termos de níveis de escolaridade, renda, ocupação, entre outros fatores. Entretanto, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2021, a taxa de desemprego entre a população negra é maior do que a taxa de desemprego entre a população branca no Brasil. Além disso, a população negra também costuma enfrentar maior dificuldade para acessar empregos de melhor remuneração e com estabilidade, o que pode contribuir para que uma parcela significativa da população negra ocupe posições mais precárias no mercado de trabalho.

Dessa forma, é possível que a população negra represente uma parcela importante do exército industrial de reserva no Brasil, especialmente em regiões ou setores com menor oferta de empregos formais e com baixa qualificação nos dias atuais. Ou seja, o apontamento de (GONZALEZ, 1979) continua sendo algo

persistente, na dinâmica capitalista do Brasil, principalmente quando se verifica avanços liberais na economia, em que tese não significa maior aderência de direitos da população negra, é necessário evidenciar ainda que a fase capitalista que (GONZALEZ, 1982) analisa se diz respeito às fases comercial e monopolista. No Brasil, o autor argumenta, como já foi referenciado por mim no capítulo II, que a mulher negra sofre a tripla discriminação, a dupla jornada de trabalho doméstica (gênero) e outra enquanto exploração sexual (raça - gênero) e ainda outra enquanto a inferioridade que enfrentam nos postos de trabalho (classe - gênero). Isto é uma forma como o capitalismo patriarcal se organiza no Brasil.

É preciso compreender que a realidade capitalista que se defende aqui é de assimetrias de gênero, raça, e classe, que embarcam diversos fatores de hierarquias raciais e sexuais, bem como terem uma dinâmica em relação à classe na reprodução social, ou seja, a reprodução social no ponto de vista, a qual analisa as relações entre a sociedade e o espaço geográfico, as condições materiais em que vivem em determinadas pessoas ou região não são atravessadas, não só uma forma mas como produz o espaço geográfico (MASSEY, 2005). Ou seja, a aliança entre capitalista, patriarcal, racializada é que o forma a realidade, produção e reprodução social em sociedades multirraciais.

As mulheres são ausentes no debate geográfico, negras, em especial, segundo denúncia de Wilbur Zelinsky na década de 1970, que teve repercussão nos circuitos acadêmicos geográficos, as quais os pesquisadores engajados e comprometidos com a verdadeira emancipação da sociedade como um todo trouxeram uma enxurrada de artigos e livros denunciando a influência da ideologia sexista e machista do capitalismo patriarcal dentro da produção da geografia e sua consequente prática, já que o machismo é um dado estruturante do capitalismo e o patriarcado é “a forma social-histórica de dominação” do mesmo (MARRONE, 2018, p. 46 *apud* MULHERES MEMBROS DO GMARX, 2017, p. 121).

Desse modo, Marrone (2018) aponta que a geografia passou por fases com diferentes graus de organização e linearidades que se entrelaçaram na produção geográfica, a qual se preocupou em incorporar o feminismo como parte incondicional da luta política contra o sistema excludente. Marrone (2018, p. 46 *apud* JOHNSON, 1985, p. 161) nota três fases nas ciências que passaram a dar importância ao feminismo, inclusive na geografia: crítica, reconceitualização e crítica da epistemologia que utiliza insights e objetivos políticos dos movimentos das mulheres.

Em 1985, ano do seu trabalho, a terceira fase ainda não estava estabelecida, a qual a geografia feminista tinha acabado de começar.

A ausência de sujeitos historicamente excluídos da abordagem geográfica tem sido uma das principais reivindicações das geógrafas feministas, que buscam incluir questões de gênero, raça e sexualidade em seus estudos. Essa decisão política e estratégica visa tornar visíveis essas abordagens e superar a exclusão histórica desses sujeitos. No entanto, há uma dificuldade em trazer as mulheres em geral e as negras, em particular, para o campo de visibilidade na produção do espaço, por diversas razões. Uma delas é a dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão, outra razão é que a geografia brasileira ainda tem poucos adeptos em relação à geografia de gênero, sendo mais forte nos Estados Unidos e na Europa.

O encarceramento em massa é um tema que tem contribuições específicas de gênero, tanto na produção do espaço, quanto na interseção das assimetrias de gênero, raça e classe que estruturam o sistema penal. É importante abordar como esses aspectos estão presentes na espacialização do sistema penal, pois isso traz à tona questões fundamentais sobre a produção do espaço geográfico. Abordar essas especificidades de gênero, raça e classe é um campo frutífero para o debate geográfico.

O conceito de gênero nos possibilita não só entender as diferenças entre homens e mulheres, mas também como a sociedade enxerga e projeta hierarquias a partir delas. Dessa forma, a geografia feminista tem a possibilidade de compreender como os sujeitos são constituídos através das estruturas de dominação socioespaciais. A raça é outro elemento muito potente, pois revela mais que contradições para além das diferenças de sexo, mas também como a raça está presente, trazendo como o espaço geográfico pode ser segregado a partir dela, por exemplo. A classe é outro elemento essencial, pois a exploração faz parte da dinâmica da maioria dos sujeitos e impacta diretamente na produção do espaço, cercado por marcadores de gênero e raça.

Dessa forma, a geografia feminista exige uma visão que englobe tanto o micro quanto o macro, incluindo as relações entre os espaços privado e público. Trata-se de um campo de investigação que busca analisar como essas relações impactam a vida de mulheres e homens, considerando a perspectiva de gênero e raça. A contribuição dessa pesquisa é uma tentativa de colaborar com a geografia

feminista, que intersecciona as estruturas de poder de classe e raça para além do gênero. A geografia feminista ou geografia marcada por gênero, raça e classe, tem um grande campo de investigações na análise de gênero na produção do espaço geográfico. Espera-se que este trabalho consiga contribuir para uma geografia mais plural.

Começamos esse tópico falando sobre geografia e debate de gênero. Em 1998, Susana Maria Veleda da Silva escreveu o artigo intitulado “Geografia e gênero/Geografia Feminista – O que é isto?” , no qual argumenta que a geografia feminista se trata de enfoque, a qual necessita uma epistemologia compartilhada para que suas investigações sejam bem sucedidas (VELEDA DA SILVA, 1998, p. 105). Já Marroque (2018) argumenta que não é nada mais justo do que pedir uma coesão apropriada para análise de mulheres e de gênero, e ainda explica que as epistemologias feministas são diversas, obtêm alguns consensos, mas no nível microscópico, permeadas de divergência. Ou seja, o debate é plural, e isso não é algo negativo. Contudo, é preciso ter cuidado para utilizar as epistemologias feministas como se tivessem de acordo umas com outras. As partes não são o todo e é preciso rigor teórico e métodos às quais são importantes para reivindicações feministas se tornam uma luta política (MARROQUE, 2018).

Veleda da Silva (1998) resume as indignações das geógrafas feministas sendo sobre: a questão do gênero ser relacional (1998, p. 107); os papéis de gênero que ferem tanto as mulheres quanto os homens (1998, p. 107); a diferença entre Geografia e gênero e Geografia Feminista (1998, p. 7-8); a importância das epistemologias, teorias e métodos feministas para o enriquecimento da geografia como um todo (p. 108); a não neutralidade do espaço geográfico (p. 108); a não neutralidade das análises acerca da população, que se apresenta na geografia como assexuada, negando a corporeidade dos que estão presentes ali (p. 108); a questão da geografia feminista, e a teoria feminista em geral, não serem formas de privilegiar as mulheres e colocá-las acima dos homens, mas sim uma forma de compreensão da realidade e mostrar o que antes estava oculto (p. 109); a importância dos estudos do cotidiano para compreensão das relações de gênero (p. 109); e a possibilidade de novas formulações éticas com ajuda das teorias feministas (p. 109- 110).

Na geografia feminista brasileira, o primeiro trabalho relacionado às questões das mulheres chama-se “trabalho da mulher na zona canavieira da Cotinguiba”, de Aldeci Figueiredo Santos e José Augusto Andrade em 1983, para o

encontro o Encontro Nacional de Geografia Agrária. Os autores afirmam que tem escrito pouco “se tem escrito a respeito da mulher como participante ou integrante da força de trabalho” (SANTOS; ANDRADE, 1983, p. 69). Com ascensão do movimento feminista na década de 60, aparecem trabalhos, sobretudo a partir 1975 a diante, a respeito da atividade da mulher no Brasil (MARROQUE, 2018).

Contudo, há perguntas centrais introduzidas por Santos e Andrade (1983), que são caras para questões das mulheres até hoje são elas:

1. a discriminação das mulheres no ambiente rural.
 2. a escolha das mulheres para tarefas consideradas mais “leves” e “fáceis” a questão da produtividade do homem e da mulher e o mito de que as mulheres são menos produtivas.
 3. o caráter de complementaridade de renda do trabalho feminino, quando as mulheres ainda contam com seus companheiros.
 4. a questão da mulher que tem de aguentar todos os encargos da casa por ter sido abandonada pelo companheiro ou pela morte dele e, conseqüentemente, o desmazelo do Estado (burguês) e seus aparelhos sociais para com estas mulheres por fim,
 5. a disparidade salarial entre homens e mulheres.
- (SANTOS; ANDRADE, 1983, MARROQUE, 2018).

De modo geral, a aproximação entre geografia brasileira e feminismo é tímida e não existe necessariamente um campo de pensamento estabelecido. Os debates de gênero na geografia têm atuação em campos de pensamento geográfico mais consolidados, como a geografia da população. Com viés crítico, como podemos observar no trabalho de Santos e Andrade. As geógrafas feministas brasileiras, que podemos chamar de marxistas, têm interpretado a questão das mulheres, a partir da teoria do valor-trabalho. E, se tem como ponto central, pois o todo social no marxismo em última instância é explicado, dessa maneira, a partir do recurso do uso das categorias valor-trabalho (MARROQUE, 2018). Ou seja, após verificar os periódicos de geografia, que haviam trabalhos relacionados ao gênero, com aderência do marxismo. Contudo, não foram trabalho de ruptura epistêmica, trouxeram um debate de mulheres sobre mulheres, mas sim diluído nos campos mais consolidados, como já informado. Isso dificulta a consolidação de uma geografia feminista que poderia estar muito mais avançada em diversos debates em relação mulheres e espaço geográfico. Mais do que isto, Marroque (2018) também aborda que os centros de construções científicas brasileiros, ainda não aceitam o feminismo com base teórica de construção da ciência.

6 CONCLUSÃO

As mulheres negras são o segmento mais explorado da classe trabalhadora, suas vidas e histórias dariam filmes e é preciso compreender, como coloca Lélia Gonzalez, que as desvantagens historicamente observadas penetram a estrutura de classes, de modo a atualizar discriminações e manter "segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas" (GONZÁLEZ, 1988, p. 730). Desse modo, é preciso reafirmar que a classe trabalhadora brasileira é intensivamente vivida e perpassa por relações de gênero e racial.

O encarceramento em massa no Brasil tem fortes indícios que podem se dizer estruturados por essas relações. As mulheres negras vivenciam um espaço que dá margem ao encarceramento. Podemos ver com esse trabalho que as condições que colocam mulheres desde do início do capitalismo para um espaço de subordinação capitalista, patriarcal e racializada. É preciso se atentar, como diz Silvia Federici (2019, p. 164), que a guerra contra as mulheres na América Latina também é vivenciada através da guerra às drogas, prejudicando não só seus filhos e maridos, como também as próprias mulheres.

Há muitos pesquisadores no Brasil preocupados com temática e formulam seus argumentos através de estudo empírico, baseado em dados estáticos e autores que discutem a problemática, mas por muitas vezes isso parece insuficiente, para convencer uma parte da população brasileira que não se trata-se de "bandido bom bandido morto", mas sim como que há um certo tipo de "bandido" que é encarcerado no Brasil.

Este trabalho chama o lugar das mulheres negras na cidade da marginalização ao encarceramento, que não é uma realidade só vivida por mulheres negras, o que torna importante o relato de história de vida relatada pela Ellen, mostrando que, depender do lugar que está pode-se mesmo diante do privilégio branco pode ser criminalizada por estar "no lugar errado na hora errada".

O debate da criminologia feminista busca alertar sobre a violência doméstica, mas a realidade das mulheres brasileiras vai para além de vítimas dos seus parceiros. Há também uma violência estatal. A questão do tráfico de drogas no Brasil tem uma relação racial econômica, tendo em vista que até avião com pasta de cocaína foi achado na fazenda de um deputado, que não foi enquadrado como traficante de drogas.

A tese da penalidade neoliberal em alguma medida está certa! Trata-se de um tema a ser aprofundado num próximo trabalho. Contudo, nos indica que o neoliberalismo proporciona o encarceramento em massa de uma certa população, mas não é só isso, não se trata só de um desmonte de políticas públicas, até porque se fosse só isto não teríamos encarceradas tantas pessoas no Brasil durante um período de inclusão social.

Este trabalho me fez refletir bastante sobre os ensinamentos de Paulo Freire e como em seu brilhantismo de sair daquilo que seria meio óbvio o analfetismo obviamente é culpa dos pais irresponsáveis que não levam seu filho para a escola. Assim o problema do encarceramento seria culpa dos delinquentes e seus pais irresponsáveis que não deram educação para seus filhos, mas como enxerga Freire, sem justificativas genéticas, históricas, filosóficas ou sociológicas, nada justifica a superioridade da brancura sobre a escuridão, dos homens sobre as mulheres, dos empregadores sobre os empregados. Trazer a luz esse debate tão difícil e necessário para sociedade brasileira é reivindicar uma pedagogia para o oprimido, respeitando sua autonomia, uma prática de conscientização.

Por fim, falar sobre a realidade das mulheres, da mulher negra especial é um grande acúmulo político e teórico para formulação acadêmica, abrindo caminhos para outras mulheres poderem formular a partir do seu ponto de vista, são elas, as mulheres, o ponto zero da revolução.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2019.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo [orgs.]. **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Fenomenologia da crise brasileira. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 19, n. 35, p. 9–26, 2015. DOI: 10.23925/lis.v19i35.26672. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/lis/article/view/26672>. Acesso em: 6 fev. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Inglaterra e Brasil: duas rotas do social-liberalismo em duas notas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 204- 212, maio/ago. 2013.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 163, p. 2, 24 ago. 2006.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CALMON, Maeli Santos. O genocídio do povo negro no Brasil de Adias do Nascimento ao mapa da violência. **Caderno Sisterhood**, Bahia, v. 3, n. 3, 2019, p. 145 – 165, ago. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COUTINHO, Maria L. P. **Discriminação no trabalho: mecanismos de combate à discriminação e promoção de igualdade de oportunidades**. Brasília: OIT, 2006.

DAL SANTO, Luiz Phelipe. Reconsiderando a tese da penalidade neoliberal: inclusão social e encarceramento em massa no brasil: reconsidering the neoliberal

penalty thesis social: inclusion and mass incarceration in brazil. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 44, n. 1, 2020. DOI: 10.5216/rfd.v44i1.60817. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/60817>. Acesso em: 6 fev. 2023.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. 191 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça as bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Negros no mundo dos brancos**. 3. ed. São Paulo: Global, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo; RENCK, Maria Helena Pinheiro; AMBROS, Fernanda. **Discriminação contra as mulheres no trabalho e ações afirmativas**. 2. ed. atual. Criciúma, SC: UNESC, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 109, p. 27-36, jan./mar. 1992.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In*: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Léila Gonzalez: primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 63, p. 5-7, maio 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, n. 3, p. 223-244, 1984.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O direito à cidade**: espaço, tempo e reprodução social. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 111-134.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KAMUGERE. As mulheres negras na construção de uma nova utopia: Angela Davis. **Portal Geledès**, 12 de Junho de 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 1 jan. 2023.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS (INFOPEN) Mulheres. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

MARTINS, José. **O Cativo da Terra**. 9. ed. rev. São Paulo: Editora Contexto, 2013. ISBN 9788572444583.

MARTINS, F.; GAUER, R. M. C. Poder Punitivo e Feminismo: percursos da criminologia feminista no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 145–178, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/pTGRQGJFKB3vB6fF39bwMpR/?lang=pt#>. Acesso em: 11 jan.2023.

NAKANO, Kazuo. **Territórios da desigualdade: segregação socioespacial e novas periferias em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAMOS, Lílian; MARQUES, Eduardo. Segregação Urbana e Desigualdade Racial em São Paulo. *In*: MARQUES, Eduardo; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (orgs.). **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 219-240.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Justificando, 2017. 128p.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976 [edição original 1969, Quatro Artes Editorial].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Revisão: Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília: [s. n.]: 2016. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 5 dez. 2022.

WACQUANT, Loïc. Bourdieu, Foucault e o estado penal na era neoliberal. **Revista Transgressões**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 5–22, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/7188>. Acesso em: 6 fev. 2023.

WACQUANT, Loïc. **Iperincarcerazione: neoliberalismo e criminalizzazione della povertà negli Stati Uniti**. In: GIORGI, Alessandro de [org.]. Verona: Ombre corte, 2013.

WACQUANT, Loïc. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis. **International Political Sociology**, v. 2, n. 1, p. 56-74, 2008.

WACQUANT, Loïc. Towards a Dictatorship over the Poor? Notes on the Penalization of Poverty in Brazil. **Punishment and Society**, v. 5, n. 2, p. 197-205, 2015.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, pp. 505-518, 2012.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa “O Lugar da Mulher Negra na Cidade: Da marginalização na cidade ao encarceramento”, desenvolvida em nível de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Geografia, orientado pela Prof. Dra. Lourdes de Fátima Bezerra Carril, vinculada ao DGTH/CCHB – Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, do *campus* da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba.

Este documento visa assegurar seus direitos como participante. Ao assiná-lo, você concorda em cooperar com o estudo, fornecendo as informações solicitadas, e autoriza o uso do conteúdo obtido para publicação científica. Será mantido sigilo do seu nome, o qual não constará no trabalho. No entanto, em qualquer fase da pesquisa você tem liberdade de retirar esta autorização, sem qualquer prejuízo ou penalização. Você não terá nenhuma despesa com esta participação. Se tiver dúvidas sobre a pesquisa, entre em contato com a Prof. Lourdes Carril pelo e-mail lourdescarril@ufscar.br ou telefone: (11) 97653-4599. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, entre em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSCar, pelo telefone (16) 3351-8028 ou pelo e-mail: cephumanos@ufscar.br ou propq@ufscar.br.



Data: 01/11/2022.

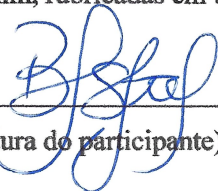
(Assinatura Coordenação da Pesquisa)

Consentimento Livre e Esclarecido:

Nome do participante:

Batvia Felbo Shimzate

Após ter lido este documento e esclarecido minhas dúvidas sobre seu conteúdo, aceito participar da pesquisa e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, rubricadas em todas as páginas.



Data:

08/01/23.

(Assinatura do participante)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa “O Lugar da Mulher Negra na Cidade: Da marginalização na cidade ao encarceramento”, desenvolvida em nível de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Geografia, orientado pela Prof. Dra. Lourdes de Fátima Bezerra Carril, vinculada ao DGTH/CCHB – Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, do *campus* da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba.

Este documento visa assegurar seus direitos como participante. Ao assiná-lo, você concorda em cooperar com o estudo, fornecendo as informações solicitadas, e autoriza o uso do conteúdo obtido para publicação científica. Será mantido sigilo do seu nome, o qual não constará no trabalho. No entanto, em qualquer fase da pesquisa você tem liberdade de retirar esta autorização, sem qualquer prejuízo ou penalização. Você não terá nenhuma despesa com esta participação. Se tiver dúvidas sobre a pesquisa, entre em contato com a Prof. Lourdes Carril pelo e-mail lourdescarril@ufscar.br ou telefone: (11) 97653-4599. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, entre em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSCar, pelo telefone (16) 3351-8028 ou pelo e-mail: cephumanos@ufscar.br ou propq@ufscar.br.



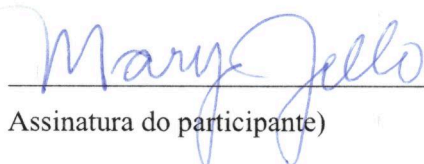
Data: 01/11/2022.

(Assinatura Coordenação da Pesquisa)

Consentimento Livre e Esclarecido:

Nome do participante: MARY JELLO

Após ter lido este documento e esclarecido minhas dúvidas sobre seu conteúdo, aceito participar da pesquisa e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, rubricadas em todas as páginas.



(Assinatura do participante)

Data: 25/01/2023